



ELBO



PORTE
PAGO

ANO X
N.º 117
MENSAL
JANEIRO
1984

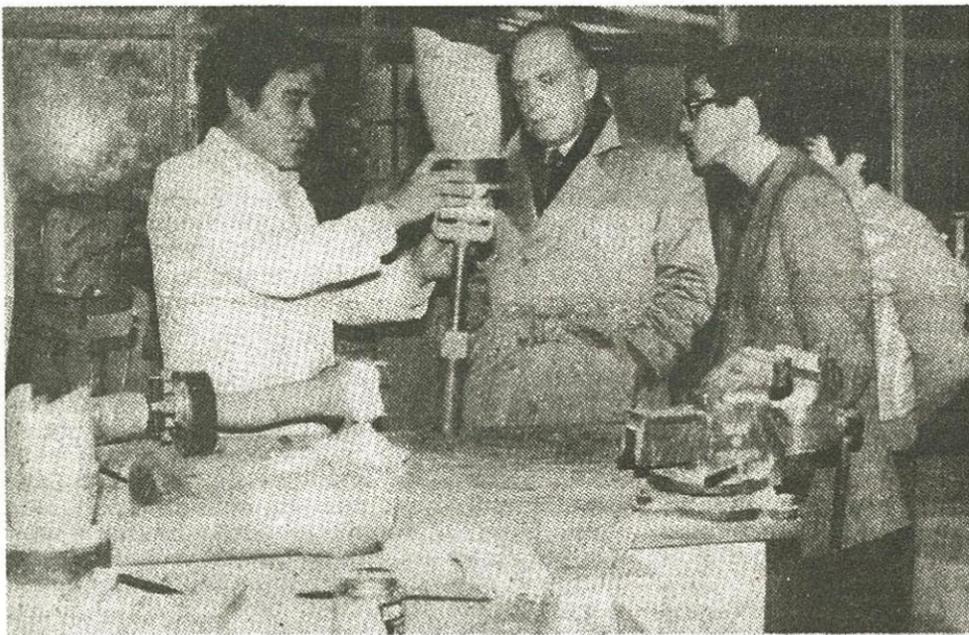
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

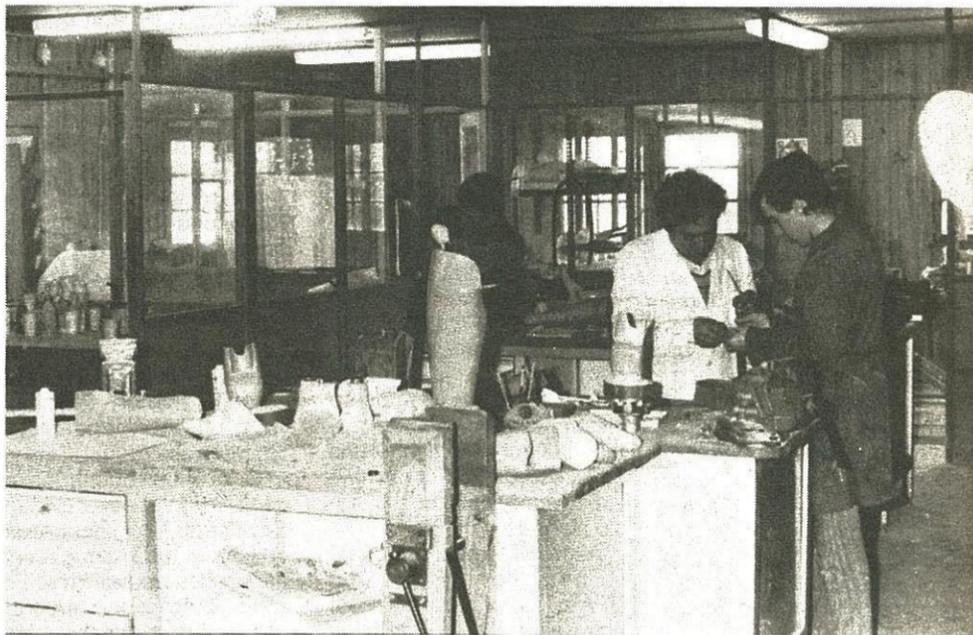
DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

COM 9 ANOS DE EXISTÊNCIA

DELEGAÇÃO DO PORTO DA ADFA NA VANGUARDA DA REABILITAÇÃO EM PORTUGAL



O Secretário Nacional de Reabilitação na Delegação do Porto da ADFA (foto publicada no «Jornal de Notícias»)



Aspecto do Centro Oficial de Meios Ortopédicos

VAI REALIZAR-SE ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DA ADFA

DIA 14 DE JANEIRO (ÀS 13.30 H) NO ANFITEATRO DA
ESCOLA DE ENFERMAGEM CALOUSTE GULBENKIAN (JUN-
TO AO HOSPITAL DE S.^ª MARIA) EM LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do art.º 30 dos Estatutos, convocam-se todos os sócios para uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária, a realizar no próximo dia 14 de Janeiro de 1984 (sábado), com início às 13 h 30, no Anfiteatro da Escola de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, sita na Avenida Prof. Egas Moniz (junto ao Hospital de S.^ª Maria), em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Comemorações do 10.º Aniversário da ADFA — acção e reivindicações durante o ano de 1984.
2. Apreciação da proposta do Conselho Nacional sobre inquérito mandado instaurar por deliberação da Assembleia Geral Nacional de 9/4/83.
3. Actualização de quotas.
4. Criação de uma Cooperativa de Habitação no Porto.
5. Venda do imóvel da ADFA sito na Rua do Embaixador em Lisboa.

ADFA, 13 de Dezembro de 1983

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL
O PRESIDENTE

António J. Lavouras Lopes

REPORTAGEM
SOBRE
O
CENTRO
DE
REABILITAÇÃO
RURAL
DE
RANHOLAS



PÁG. 3

FESTAS DE NATAL
NA SEDE E DELEGAÇÕES

PÁG. 2

AS PRIMEIRAS REIVINDICAÇÕES
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

PAG. 5

ESCOLA DE XADREZ
A FUNCIONAR NA ADFA

PÁG. 11

FESTAS DE NATAL DA ADFA

Natal, para além de uma festa religiosa é uma época de confraternização popular, muito enraizada nos hábitos do povo português. Sendo essencialmente uma festa de família, é, sobretudo para as crianças, um marco inesquecível de esperanças, frustradas muitas vezes, por imperativos económicos que o PAI nem sempre consegue resolver.

Seguindo o hábito de anos anteriores, em 1983 realizaram-se na ADFA várias festas de Natal nas mais diversas delegações e núcleos da ADFA onde os sócios e familiares em número de vários milhares tiveram oportunidade de se divertirem em sã convivência. Realizaram-se festas em Coimbra, Famalicão, Faro, Lisboa, Madeira, Porto, Setúbal e Viseu. Os sócios da delegação do Porto descentralizaram a sua festa em Viana do Castelo, Vila Real, Chaves, Vila Cova da Lixa, Fafe e Vila do Conde.

Estas festas foram o testemunho de que a ADFA não é um simples organismo burocrático, elas provaram a existência de inúmeros laços que interligam esta enorme «família» dos DFA's e que, se outras guerras não houver, serão continuados pelos filhos dos sócios desta desgraçada geração que tanto sofreu nesta guerra em que nos obrigaram a passar os natais de armas na mão, lutando contra aqueles que apenas e muito justamente queriam a Independência dos seus países.

Para as crianças filhas de deficientes portugueses ou de deficientes com os quais guerreámos, fica a voz do poeta:

... E SE A CRIANÇA DE LUM SE APODERA
EM GESTOS CARECIDOS DE TANTO AFFECTO
EU PERGUNTO SE O MUNDO QUE ELA PROPUSERA
NÃO SE PODE TRANSFORMAR NUM INACABADO PROJECTO.

ANGELO TEIXEIRA
DEZ. 83

A festa de Natal, organizada para os filhos dos sócios de Lisboa, teve lugar este ano no Palácio da Independência, no dia 17 de Dezembro da parte da tarde.

A festa foi amplamente participada com a presença de quatrocentas crianças. O salão foi demasiadamente pequeno para conter todos os que pretendiam assistir ao espectáculo: as crianças tiveram todas lugar, mas alguns pais tiveram de ficar à porta.

No lanche participaram todas as crianças inscritas e teve lugar em quatro salas do rés-do-chão. Durante este intervalo os pais foram

ao bar ou confraternizaram no pátio de entrada.

O espectáculo teve início às 14H20 com a exibição do «Avô Cantigas». Seguidamente actuou o pequeno Quintela, tocando, em órgão electrónico, músicas de Natal. Ouvimos também uns belos acordes de concertina executados pelo nosso sócio Salvado.

Ángelo Teixeira, um poeta já bem conhecido dos DFA's, leu vários poemas, entre eles o seu «Texto de Natal», distribuiu de seguida umas folhas com desenhos para pintar onde estava escrito o seu poema «labirinto». Ágelo Teixeira, propor-

cionou também aos presentes a participação num jogo de carácter educativo. O conjunto da actuação caracterizou-se por uma participação muito activa e directa das crianças.

Por volta das 15H40 houve a intervenção de um elemento da Direcção, Mário Miranda, que leu uma saudação que transcrevemos neste jornal.

O ponto alto do programa foi a actuação do grupo «Contraste», do Grupo Desportivo do Crédito Predial Português, que tocou música popular portuguesa. Este conjunto, que tem já uma qualidade musical muito boa, utiliza, para além dos instrumentos usuais neste estilo de música — cavaquinho, bombo, pandeireta, reco-reco, adufe e guitarra —, a viola eléctrica e a viola «solo», o que imprime um carácter inovador e muito agradável de ouvir na música popular portuguesa. Foram tocados alguns números inéditos, com música e letra de Alexandre Amado. O responsável pelo conjunto é um sócio do ADFA, João Nuno, que toca cavaquinho, bombo e pandeireta. Os restantes elementos do conjunto são: Luís Miguéis (cavaquinho); Paulo (bombo); Henrique (viola «solo»); Lobato e Amado (viola acústica); Zé Manel (ferrinhos); Ana Isabel (pandeireta); Nanda (reco-reco).

O grande animador do convívio foi sem dúvida o Pai Natal, que não teve «barbas» que chegassem para todos os meninos. Fez a distribuição das lembranças aos autores dos cinco desenhos mais originais que, juntamente com todos os outros, se encontram expostos no bar da Associação. O Pai Natal distribuiu,



Aspecto do convívio de Natal em Lisboa

por esse motivo, livros de histórias aos seguintes meninos: Hélder Filipe Rodrigues Machado, cinco anos (Lisboa); Hermana Maria Alves Noronha (Porto), que não estava presente; Mónica Alexandra Novo Coruchinho, sete anos; Ricardo Manuel Ramos José, oito anos (Queiluz); José Carlos Lopes Sebastião, dez anos (Barreiro).

Actuaram também alguns pequenos artistas filhos de sócios nossos: «Artistas de Palmo e Meio» que fizeram «play-back» imitando alguns cantores célebres; Saagum tocou viola clássica; a

pequenina e simpática Sílvia Margarida cantou o «Dartacão».

A última hora contámos com a presença do conjunto «Trio+2» que tocou música popular portuguesa e caboverdiana.

A encerrar o programa, em substituição do grupo de Teatro Mímico da Associação de Surdos-Mudos da Amadora, que não pôde comparecer por se encontrarem doentes alguns dos seus elementos, actuou o grupo de teatro infantil «Máscara», da cooperativa «Era Nova», com «Wilson e Pisco». Esta peça de teatro

foi uma excelente oportunidade que as crianças tiveram de entrar em contacto com esta expressão de actividade cultural. Infelizmente, as condições oferecidas pelo palco — muito pequeno — não permitiu que os artistas pudessem exhibir toda a peça, pelo que só pudemos assistir a uma pequena parte da mesma. A miudagem participou directamente na mesma: os actores tanto estavam no meio do público como o convidavam a subir ao palco. Foi um rodopio!...

O espectáculo foi apresentado por Aristides Teixeira e terminou às 18H30.

SAUDAÇÃO DE NATAL DA DIRECÇÃO CENTRAL

A Direcção Central saúda todos os associados e familiares neste nosso convívio de Natal que, a exemplo dos anos anteriores, merece sempre, da parte de todos nós, uma grande adesão.

Saudamos com especial carinho todas as crianças presentes, flores dos nossos lares, que representam, inequivocamente, a aposta no futuro que quisemos assumir.

Quizemos, propositadamente, fazer este convívio de Natal fora do ambiente clássico de qualquer sala de espectáculos, talvez com melhores condições, mas onde, concerteza, o convívio desinibido seria muito menor.

É importante para nós, que as crianças conheçam de perto a nossa CASA e que nela se movimentem com o mesmo à vontade a que todos nós nos habituámos desde 14 de Maio de 1974.

A participação dos nossos familiares e principalmente dos nossos filhos na vida da nossa Associação, terá que ser uma das traves mestras da nossa vida associativa, começando precisamente pelos nossos agregados familiares a prática da integração social e consequente ligação à comunidade em que nos inserimos.

Aproveitando a presença aqui de tantas crianças, e com o objectivo de passar das palavras aos actos, propomos como sugestão, a criação do CLUBE INFANTIL DA ADFA, único meio para materializar o espaço que pretendemos que seja ocupado pelos nossos filhos.

A criação do Clube Infantil da ADFA só poderá ser uma realidade, se tiver como suporte o entusiasmo e o poder criativo dos nossos filhos e o apoio sempre necessário dos papás e das mães.

Desde já se aceitam sugestões e se houver alguém que se queira oferecer para trabalhar na criação desta iniciativa, poderá contactar de imediato a Direcção Central, já que seria óptimo que no próximo ano algumas actividades já fossem programadas e executadas pelo Clube Infantil da ADFA, como por exemplo, o convívio de Natal.

Resta-nos desejar a todos um Feliz Natal e um Ano Novo de Paz, que irá coincidir com o nosso DÉCIMO ANIVERSÁRIO, e que será, com certeza, mais uma jornada de luta e convívio associativo.

COM A NOSSA MILITÂNCIA A ADFA SERÁ MAIOR!



Desenho de Natal de Carlos Lopes Sebastião, 10 anos, do Barreiro

DELEGAÇÃO DO PORTO SORTEIO E FESTAS DE NATAL

Os dois televisores a cores do sorteio destinado a financiar as festas de Natal da área da Delegação do Porto couberam respectivamente aos sócios Joaquim Ferreira Gouveia, sócio n.º 1018, e Joaquim Soares Maganinho, sócio n.º 7865.

Como resultado da descentralização das festas de Natal, pôde registar-se uma participação elevada de sócios, cerca de mil, e de crianças, mais de duas mil, no total das localidades onde foi promovida a festa de Natal.

TIRAGEM DESTE NÚMERO 10 000 EXEMPLARES ELO ENVIADO A TODOS OS SÓCIOS

Devido à publicação da Convocatória para a Assembleia Geral de 14 de Janeiro, foi este número do ELO enviado a todos os sócios, devendo os sócios com as quotas em atraso actualizar as mesmas, para poderem continuar a receber o ELO.

FESTA NA DELEGAÇÃO DE FARO

Delegação de Faro da ADFA, comemorou no dia 17/12/83 mais uma Festa de Natal com a participação do Rancho Folclórico Infantil da Casa do Povo de S. Bartolomeu de Messines e seu conjunto que abrilhantou a nossa festa, houve comidas e bebidas à discrição dos sócios e seus familiares e distribuição de brinquedos aos filhos dos sócios menores de 12 anos.

As nossas melhores saudações associativas.

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO» ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME
MORADA
LOCALIDADE
CÓDIGO POSTAL

Para o que junto envio a quantia:

PORTUGAL
ASSINATURA ANUAL 250\$00
ASSINATURA SEMESTRAL 125\$00
ESTRANGEIRO
ASSINATURA ANUAL 500\$00
ASSINATURA SEMESTRAL 250\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

Recorte e envie à
Redacção do «ELO»
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex



Visão geral do Centro e trabalho com máquinas agrícolas (foto publicada em «Reabilitação»)



Estagiários do Curso de Horticultura preparando viveiros e colocando sementes

MINISTÉRIO DO TRABALHO — CENTRO DE FORMAÇÃO DE RANHOLAS

FORMAÇÃO AGRÍCOLA É OPORTUNIDADE DE REABILITAÇÃO

O significado e o alcance da reabilitação profissional estão patentes na transformação radical da sua vida que diversos deficientes já conseguiram através da frequência do curso de horticultura do Centro de Ranholas: «Quando nos chega aqui uma pessoa desmoralizada, sem um sentido para a vida, e quando encontra um lugar na vida, um lugar útil à sociedade, um lugar de responsável em explorações agrícolas, sentimos que o nosso trabalho vale a pena.» As palavras anteriores do engenheiro Riço Calado, Director do Centro de Formação Profissional de Ranholas, traduzem bem o papel desempenhado pelo mesmo centro, onde se iniciaram em Novembro passado o 1.º Curso de Jardinagem e Floricultura e o 5.º Curso de Horticultura.

O conhecimento e divulgação da realidade do trabalho que se está a fazer em Ranholas são do maior interesse para todas as pessoas, deficientes e não-deficientes, mas a reportagem que desenvolvemos em seguida foi especialmente feita tendo em mente que muitos sócios da ADFA, e nomeadamente os que são trabalhadores rurais, poderão vir a frequentar os actuais e futuros cursos de Ranholas, beneficiando das regalias de qualquer estagiário.

A frequência do Curso de Jardinagem e Floricultura, do Curso de Horticultura e do futuro curso de criação de animais, ou mesmo só uma visita ao Centro de Ranholas, constituem um desafio que aqui deixamos a todos os sócios e que os sócios da ADFA também poderão transmitir a outras pessoas, deficientes e não-deficientes.

Aqui, trabalha-se!

Inaugurado em Dezembro de 1981, apresenta-se hoje o Centro de Formação Profissional de Ranholas como um centro activo e promissor no campo da reabilitação profissional, no domínio rural, centro em que a vontade de agir prevaleceu sobre possíveis limitações. *Valia mais começar com limitações do que não começar*, assim se referiu ao arranque do Centro o engenheiro Riço Calado, engenheiro agrónomo e director do Centro, desde a sua criação até hoje.

Dispondo de uma extensão de sete hectares de terrenos, neles aprenderão a trabalhar a terra pessoas deficientes que irão ter no trabalho agrícola a sua reabilitação e reconversão profissional ou a aprendizagem de uma primeira profissão. Encontrámos o Centro em pleno funcionamento, vendo-se em diversos trabalhos agrícolas os estagiários finalistas do 4.º curso de horticultura, grupo de estagiários do curso de horticultura preparando os viveiros de plantas e o grupo de jardinagem e floricultura ocupado com a limpeza do parque infantil. O parque infantil, existente à entrada do Centro e aberto à população, traduz a boa relação estabelecida entre o Centro e a população, e a sua limpeza pôde ser englobada no curso de jardinagem enquanto actividade de preparação das áreas para jardim. Como ali se aprende cultivando os mais diversos géneros agrícolas, também têm sido adquiridos pela população os produtos agrícolas criados durante as actividades do curso.

Os estagiários do 4.º curso de Horticultura já se encontram perto dos seus exames, que decorreram de 12 a 15 de Dezembro, exame que lhes permitiria obter o diploma do curso e a passagem da carta de condução de tractor, tendo atingido plena autonomia nos seus trabalhos.

Se as cheias de Novembro e o excesso de humidade fizeram com que morressem muitas culturas, encontrando-se dentro das próprias estufas de horticultura uma parte de

culturas destruídas (tomate) e outra recuperada (alfaces e pimentos) estava ainda bem patente o resultado do trabalho desenvolvido pelos alunos do 5.º curso.

Os cursos de Ranholas

Foi com o curso de horticultura que se iniciou a actividade do Centro de Ranholas, só agora sendo possível a realização do 1.º curso de Jardinagem e Floricultura, após a conclusão da estufa envidraçada e a preparação dos terrenos onde vai ser instalado o jardim. Também a criação de pequenos animais em bateria (em instalações) virá a constituir o próximo curso, logo que estejam prontas as instalações necessárias, talvez ainda este ano. Os cursos são essencialmente práticos, embora haja a preocupação pela formação geral, vindo a serem ministradas aulas de cultura geral por uma professora do ensino secundário. Nos cursos, procura-se atender às diferenças de formação entre os estagiários, definindo-se mesmo metas individuais. Durante uma parte do dia há aulas em conjunto desenvolvidas através de uma análise conjunta dos diversos problemas e tarefas e a partir das 15.30 há um trabalho individualizado ou por pequenos grupos.

A duração dos cursos de Novembro a Agosto põe em evidência o carácter prático dos cursos que são preenchidos pelos diversos trabalhos do «ano agrícola». Dado o carácter prático e intensivo dos cursos são admitidos para cada curso 12 estagiários somente.

Horticultura

O curso de horticultura pela diversidade de actividades e de situações criadas permite a formação de pessoas bastan-

te qualificadas, de modo que qualquer trabalhador rural nele teria muito a aprender. Selecção e preparação das sementes, sementeiras, instalação de viveiros, plantação, preparação de caldas e tratamentos, preparação dos terrenos, condução de tractor e utilização de máquinas e alfaias agrícolas, entre outras, são actividades desenvolvidas durante o curso.

Prevendo a diversidade de situações do nosso país, há a prática de agricultura horto-industrial, em talhões com a utilização de maquinaria (sendo no Verão os estagiários responsáveis pelos diferentes talhões) e há a prática de agricultura tradicional (familiar), numa área separada da horto-industrial por uma sebe, onde todo o trabalho é manual com pequenos canteiros individuais para os estagiários (ali cada um tem a sua horta). Também são desenvolvidas culturas semiforçadas (em túnel) e forçadas (em estufas).

Visando a formação, são cultivadas as mais diversas espécies, tanto tradicionais no nosso país ou que podemos vir a cultivar como alfaces e as diversas espécies de couve, ou alcachofras, groselhas, morangos, espargos, aipos, alhos franceses, acelgas.

Jardinagem e Floricultura

O curso de jardinagem e floricultura inclui como actividades: a instalações e conservação de jardins, relvados, placas, plantação de árvores e arbustos, sebes, bordaduras, produção de plantas envasadas e de flor de corte (ao ar livre e em estufa), multiplicação de plantas, etc.

A estufa envidraçada para este curso encontra-se bem apetrechada e com boas condições, tendo custado quatro

(Continua na pág. 8)

JANELA INTERIOR - I A ACTIVIDADE DO PSICÓLOGO CLÍNICO

Conforme anunciámos no anterior número do ELO, iniciamos hoje a publicação de uma série de oito artigos do dr. J. P. Valente dos Santos, psicólogo clínico, sobre o tema: a sexualidade e o deficiente, que serão todos publicados sob o título Janela Interior. Dado o desconhecimento de muitas pessoas, no nosso país, sobre a função e o papel do psicólogo clínico, à maneira de apresentação: é este o tema do primeiro artigo.

A actividade do psicólogo clínico, aqui, em Portugal, e agora, em 1984, ainda não entrou nos nossos hábitos, pelo que a sua praxe profissional, pode ser considerada marginal, por uma grande faixa da população.

Sem querer pôr uma causalidade linear simplista, pensamos que, entre outros factores, a esta situação não é alheio, a inexistência de psicólogos clínicos, nos quadros dos hospitais distritais e concelhios.

Por outro lado, todos temos ideias, mais ou menos concretas, sobre quais as preocupações profissionais do médico e do psiquiatra, mas em relação ao exercício clínico do psicólogo, há um enredar de dúvidas, ignorância e medos.

Assim, ao psicólogo, são aplicados os mais variados rótulos, que vão desde, ser «bruxo», até ser considerado um «modelo vivencial», consoante as diferentes oportunidades culturais.

Então, o que é um Psicólogo Clínico?

É um técnico especializado de saúde mental, que recebe o seu cliente, numa situação

padrão, no local apropriado, observando, podendo formular o diagnóstico, aferindo dados e tomando decisões.

A entrevista psicológica é, assim, o instrumento, por excelência, utilizado pelo psicólogo clínico, podendo, quando o entender, aplicar testes.

A actuação do psicólogo clínico, pode ser dimensionada em três vectores, tais como a Avaliação, em que o diagnóstico é formulado, tendo como base os elementos retirados dos vários tipos de testes, que são aplicados ao cliente.

Numa segunda fase, aparece a Terapis, em que se inicia um processo de aceitação ou mudança, consoante o quadro referencial teórico do terapeuta (psicólogo).

Paralelamente, temos o Ensino, em que o psicólogo clínico pode exercer uma função pedagógica, sensibilizando o pessoal médico e paramédico, assistentes sociais, terapeutas (físico, ocupacionais e da fala), educadoras e professores, para a importância da vertente psicológica do ser humano, que é condicionante da parte física e das aquisições socio-intelectuais.

Poderemos dizer que, o Psicólogo Clínico está vocacionado, prevenindo ou intervindo, a ter um papel fundamental na sociedade de hoje, perspectivando o futuro.

J. P. Valente dos Santos

DINAMIZAÇÃO DA LEITURA PARA DEFICIENTES

BIBLIOTECA CAMÕES

Nó dia 25 de Novembro, às 18 horas da tarde, na Biblioteca Municipal Camões, Largo do Calhariz, 17, 1.º, o Dr. Augusto Guerreiro, Director desta biblioteca, produziu uma conferência subordinada ao tema: «As Bibliotecas Municipais e a Dinamização da Leitura para Deficientes».

Pudemos observar a presença de responsáveis do S. N. R., do Ensino Especial e de professores da Escola Primária e Secundária de Deficientes da ADFA.

O Dr. Deodato começou por referir a grande importância que têm as bibliotecas como complemento dos estabelecimentos escolares: «As faculdades podem e devem ser os locais onde se aprende a frequentar bibliotecas, mas estas devem tornar-se nas verdadeiras universidades».

Nos últimos anos as bibliotecas têm vindo a abandonar a letargia em que viviam, estando a transformar-se gradualmente em centros de grande actividade onde os cidadãos encontram, cada vez mais, resposta a uma grande multiplicidade de problemas, nos mais variados ramos de actividade; a biblioteca têm de acompanhar a evolução da vida moderna.

Os deficientes invisíveis têm sido beneficiados relativamente aos deficientes motores. Em 1890, começam a surgir livros em Braille, no entanto remonta a 1822 a primeira tentativa neste sentido feita por José António Freitas Rego, a pedido de D. João VI, com a criação de um Instituto de Surdos-Mudos e de Cegos.

Nos anos 30 foi oferecido a Portugal um equipamento de impressão em Braille, no entanto ele ficaria inoperacional durante muito tempo e só nos anos cinquenta começam a ser regularmente impressos. No fim do década de cinquenta, começam a ser utilizados os livros gravados em banda magnética, que são encarados como meio complementar. Ainda segundo Deodato Guerreiro, somente nos fins dos anos sessenta, por iniciativa das Câmaras Municipais de Lisboa e Porto se começa a dar alguma atenção aos deficientes, concretamente aos cegos.

Em 1963, a partir da doação de cerca de quatro dezenas de livros feita pela Embaixada do Brasil à Câmara Municipal de Lisboa, é inaugurada a primeira biblioteca pública para cegos no Jardim da Estrela. Em 1981, é inaugurada a Biblioteca Municipal Camões com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian e de um diplomata dinamarquês.

Os objectivos fundamentais desta biblioteca são: *desempenhar um papel relevante no panorama cultural português, servindo ao mesmo tempo deficientes e não deficientes, fomentando a participação dos utilizadores dentro de uma concepção moderna de bibliotecas*.

A biblioteca tem dinamizado o gosto pela leitura através de uma série de actividades, em colaboração com os mais diversos organismos, nomeadamente com escolas e juntas das

freguesias confinantes. Realizaram-se desde Janeiro de 1983 até à presente data, setenta e sete sessões. Quatro destas sessões abordaram a problemática da reintegração do deficiente. Entre as actividades circum-bibliotecárias, há actividades escaquísticas (xadrez) para o que existem tabuleiros adaptados a cegos.

Barreiras arquitectónicas

Um dos mais graves problemas com que os deficientes motores se debatem, é o das barreiras arquitectónicas nas bibliotecas. No caso concreto da Biblioteca Camões não é possível uma cadeira transpor os dois enormes vãos de escadas. O assunto está no entanto a tentar ser resolvido com a instalação de um elevador.

Risco eminente de incêndio e de roubo

A Biblioteca Camões encontra-se instalada num dos andares de um antiquíssimo palácio construído no séc. XV e reconstruído no séc. XVIII, onde funciona também o Registo Civil. No andar de cima existe uma espécie de «residência comum» onde cada família tem as suas instalações mas utilizam áreas comuns como a cozinha. Como é fácil de concluir, o perigo de incêndio num tal local, é um risco eminente. Foi mandado instalar um sistema electrónico de detecção de incêndios,

no entanto a firma instaladora não efectuou a ligação por a Câmara Municipal não ter desbloqueado uma verba de cento e quarenta contos, que é irrisória, se considerarmos o incalculável valor histórico e cultural da biblioteca. O risco de roubo também existe, uma vez que não há um sistema de alarme nem um guarda. Fazemos os mais sinceros votos que casos como o da Cinemateca, Faculdade de Ciências ou Teatro D. Maria II não se repitam.

Impressão em Braille: Panorâmica conflagradora

Em todo o mundo a impressão de livros em Braille é muito reduzida: em Inglaterra não ultrapassa 3% da produção de livros normais. Em Portugal: «a situação é francamente conflagradora, se excluirmos os livros que se encontram impressos num sistema desactualizado e os livros estrangeiros, existem em rigor quinhentos títulos impressos e dois mil e quinhentos gravados». Segundo nos foi ainda dito por Augusto Guerreiro, apenas as Bibliotecas Camões e Nacional têm serviços em Braille (*).

Plano nacional de acção

O director da Biblioteca Camões, avançou com a proposta de se criar um organismo a nível nacional que coordene o trabalho de todas as bibliotecas municipais do País, no campo específico da sua utilização por pessoas deficientes, de forma a

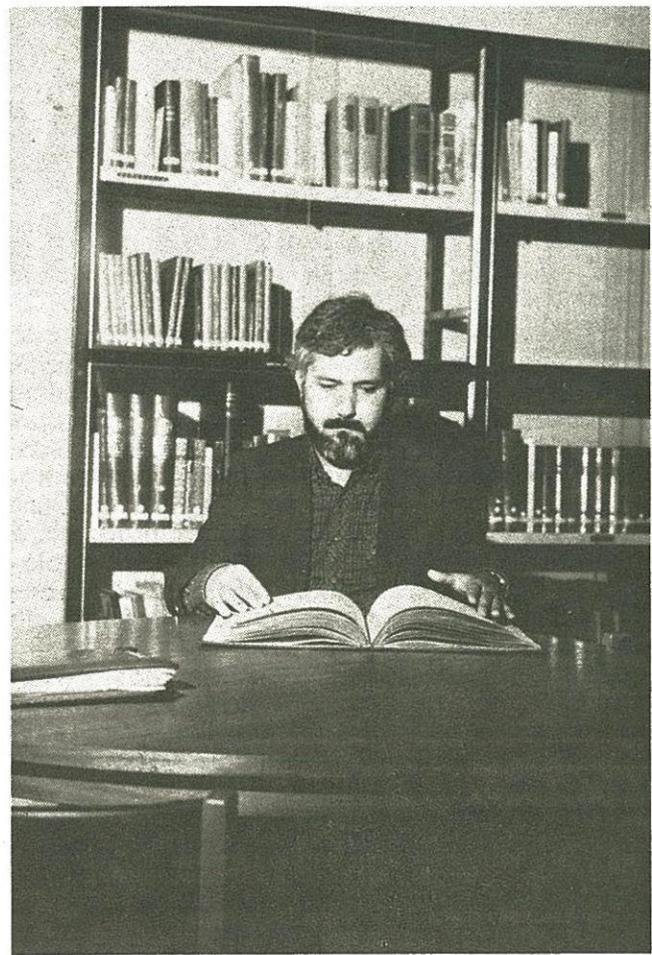
colocá-las em igualdade de circunstâncias com todos os outros utilizadores.

Em primeiro lugar deverá proceder-se à dinamização desta matéria às Câmaras Municipais, para o que se deverá contar com a participação e empenhamento por parte do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Em linhas gerais, as bibliotecas municipais devem analisar o trabalho prosseguido pelas edificações do Porto e Lisboa e aproveitando a experiência destas, desenvolver uma série de

medidas que facilitem a sua utilização por deficientes: eliminação das barreiras arquitectónicas; modalidades de empréstimo mais acessíveis; dinamização de leitura; criação de colecções em Braille ou gravadas. A importância deste organismo reside sobretudo em evitar-se, uma duplicação de trabalho, às vezes absolutamente desnecessário e extremamente oneroso.

(*) Para melhor elucidação ver «ELO» n.º 113.



Augusto Guerreiro, na Biblioteca Camões, lendo um livro impresso em Braille

ADRIANO LEITE, PRESIDENTE DA A.N.D.S.T., ESCLARECE PORQUE NÃO PARTICIPOU NO 2.º CONG. «NACIONAL» DE DEFICIENTES

Procurando o fundamento da posição pessoal de não participar no auto-denominado 2.º Congresso Nacional de Deficientes, tomada por Adriano Leite, Presidente da Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho, aproveitámos uma oportunidade de o contactar, durante a deslocação à Delegação do Porto.

Durante uma conversa informal, num café da Baixa do Porto, procurámos obter um maior esclarecimento sobre as «formas pouco claras e muito partidárias» que presidiram à organização do mesmo congresso, conforme a circular enviada por Adriano Pinto Leite aos órgãos da comunicação social, carta que publicámos no número anterior do ELO. Abordámos assim também as perspectivas do movimento associativo de deficientes

em Portugal e tivemos conhecimento de um quadro elaborado por Adriano Leite sobre a evolução da actualização das pensões devidas por acidentes de trabalho e doenças profissionais e das diligências efectuadas por si junto do Secretariado Nacional de Reabilitação e do Gabinete do Primeiro Ministro no sentido de que as situações mais gritantes de injustiça no campo das pensões dos deficientes sinistrados do trabalho sejam desbloqueadas.

Note-se que a posição tomada por Adriano Leite foi uma posição pessoal, tendo os outros dois membros da Direcção, cujo mandato terminou em 31 de Dezembro passado, estado presentes no 2.º «congresso», tendo em Assembleia Geral da A.N.D.S.T. sido decidido somente a adesão da mesma

associação à U.C.N.O.D., União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, e não a participação no «congresso».

Referindo os antecedentes do «congresso», Adriano Leite evocou a alteração das tomadas de decisão de uma reunião de 8 de Maio de 1982 do executivo e plenário da U.C.N.O.D., conforme as quais se deveria avançar com uma concentração em Setembro de 1982, após a dinamização dos associados dentro de cada associação, se previa o «congresso» para Abril de 1983 e se deveriam apresentar as conclusões para discussão prévia até Novembro de 1982.

Na reunião de 8 de Maio esteve presente Adriano Leite, em representação da A.N.D.S.T., e estiveram presentes a Associação dos Cegos do Norte de Portugal, a Associação Portuguesa de Deficientes, a Associação de Cegos Luís Braille, a Comissão Dinamizadora dos Organismos de Deficientes (C.D.O.D.) de Évora e a C.D.O.D. de Setúbal. Numa reunião seguinte, em 22 de Maio, na qual já não esteve presente Adriano Leite, as decisões anteriores não foram respeitadas: a concentração foi antecipada para 25 de Junho e o congresso foi adiado para Setembro ou Outubro de 1983.

A concentração fez-se em 25 de Junho só por estar então em discussão na Assembleia da República a revisão da Constituição, tendo então os deficientes sido re-

cebidos só pelo PCP e pela UDP.

A concentração foi positiva, terá reunido cerca de 300 manifestantes, mas poderia ter atingido melhor os seus objectivos.

Declarou-nos ainda Adriano Leite que se o congresso foi adiado, as conclusões para discussão só foram entregues no início de Setembro de 1983, o que praticamente não deu tempo a que as pessoas se pronunciassem, impossibilitando a sua discussão e esclarecimento.

Sobre o adiamento do congresso pergunta mesmo Adriano Leite: *Será que o 2.º Congresso dos Deficientes foi adiado de Abril de 1983 para Outubro, porque para a altura de Abril estava prevista a realização do Congresso da C.G.T.P.-IN.?*

Sobre a eleição dos delegados da A.N.D.S.T. ao «congresso», que estava previsto que fossem cerca de cinquenta, foram convocadas reuniões para Vila Real, Porto, Paredes e Lisboa, todas pouco participadas, tendo o modo de levar as pessoas ao congresso sido perguntar se queriam ou não ir.

Aos deficientes em geral cabem as alternativas

Em relação ao movimento associativo de deficientes e à UCNOD, pedimos também a Adriano Leite que se pronunciasse e que considerasse nomeadamente as alternativas à UCNOD.

(Continua na pág. 10)

EMPRÉSTIMO DE LIVROS

A Biblioteca Camões dispõe de uma modalidade de empréstimo exemplar, única no país: os invisíveis moradores em Lisboa não terão mais do que fazer um telefonema para a biblioteca e o livro ser-lhe-á entregue em casa. Pretende-se alargar esta modalidade aos deficientes motores que tenham graves problemas de deslocação. Os invisíveis do resto do país basta escreverem uma carta ou telefonarem e esta será enviada pelo correio.

LEITURA DE PRESENÇA

Para os utilizadores que queiram consultar os livros directamente na biblioteca, podem fazê-lo praticamente sem formalidades; à entrada dá-se uma ficha e uma requisição, após o que entramos na sala de estudo e procedemos como se em nossa casa estivéssemos, podendo mexer e remexer os livros como se fosse na estante que temos na sala. Ali, temos à nossa disposição dicionários, enciclopédias, romances, livros que ensinam como se põe um parafuso ou a fazer um bolo ou como D. Afonso Henriques conquistou Lisboa. São assim as bibliotecas modernas: acessíveis, práticas, frescas e arejadas onde apetece ir nem que seja só para ler o jornal ou uma revista de que gostamos muito mas, é cara para comprarmos todas as semanas ou todos os meses.

Os cegos têm possibilidade de ouvir a gravação dos livros numa sala especial ou mesmo no magnífico estúdio de gravação onde não chega nem o mais pequeno ruído do exterior. Vá lá caro leitor que de certeza vai voltar! Garantimos-lhe.

Se quiser levar crianças, a biblioteca possui uma sala especial para elas, onde podem mais à vontade ler livros juvenis e infantis.

COMO PROCURAR OS LIVROS NOS CATÁLOGOS

Os catálogos, mais conhecidos por ficheiros, são uma gavetas metálicas onde se encontram as fichas dos livros ordenadas alfabeticamente. Se souber o nome do autor procura no catálogo «onomástico», se tiver o título do livro procura no catálogo «didascálico», se não tiver uma coisa nem outra e quiser procurar algo de um determinado assunto, vê no catálogo «ideográfico». Encontrada a ficha, tira-se o respectivo número da cota, que será posto na requisição.

HORÁRIOS DAS BIBLIOTECAS

BIBLIOTECA NACIONAL

Campo Grande 2751 Lisboa Codex
Tel. 76 77 86

HORÁRIO: 9 às 13 h. e das 14 às 17.30 h.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

P. D. João IV Porto

Tel. 32 860

HORÁRIO: 9 às 23 h.

Não tem leitura de presença para cegos

BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMÕES

Largo do Calhariz, 17, 1.º Lisboa

Tel. 32 21 57

HORÁRIO: 9 às 20 h., excepto às quartas-feiras, até às 19.30 h.

HÁ 10 ANOS

AS PRIMEIRAS REIVINDICAÇÕES DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Em fins de 1973, alguns Deficientes das Forças Armadas desenvolveram uma actividade conjunta que havia de constituir um factor decisivo da criação da ADFA.

Concentrados no Hospital Militar, em número bastante elevado, e alguns deles há longo tempo, os deficientes militares, vitimados em acções de campanha ou outras actividades directas ou indirectamente relacionadas, sentiram-se encurralados, sem saídas viáveis para a sua reabilitação.

A legislação específica para contemplar as situações decorrentes da guerra colonial em termos de produção de deficientes era insuficiente e com lacunas. O ambiente geral era de inaceitação dos deficientes de guerra, já que a população desconhecia a sua existência, deliberadamente camuflada pelo regime de então.

Perante esta acentuada marginalização e fracas perspectivas para uma realização social plena, alguns deficientes militares, nessa altura internados no Hospital Militar, passaram a reunir-se regularmente, analisando a sua situação. Essas reuniões, feitas sempre com o maior cuidado — e discrição — por ser proibido o direito de reunião e associação, sobretudo de militares — depressa se orientaram no sentido de encontrar formas de fazer sentir ao governo o descontentamento dos deficientes das Forças Armadas.

Foi assim que foram referenciados alguns pontos fundamentais que viriam a constituir o equacionamento das primeiras reivindicações dos Deficientes das Forças Armadas. Eram em muito a resposta ao teor do Decreto-Lei n.º 210/73, publicado em Maio, com o qual se pretendia anular o descontentamento dos deficientes de guerra.

As lacunas e omissões daquele diploma constituíram o detonador para este arranque e tomada de consciência.

Um documento de oito páginas, contendo uma introdução e uma relação de exigências, foi elaborado e posto a circular para recolha de assinaturas. Acordou-se que o documento seria entregue a Marcelo Caetano depois de obtido um mínimo de 500 assinaturas.

O Movimento dos Capitães, bastante activo nessa altura, tinha conhecimento desta iniciativa dos deficientes e apoiava-a, já que a situação destes, uma das consequências mais evidentes de uma guerra que ia cada vez mais sendo posta em causa, fazia parte das suas próprias preocupações.

Este documento não ganhou significado pelo efeito que produziu junto do governo, porque não chegou a ser-lhe entregue, mas produziu resultados importantes ao nível da organização dos Deficientes das Forças Armadas, constituindo um primeiro e decisivo passo para a criação da ADFA quando o 25 de Abril o tornou possível.

O documento reivindicativo, desdobrado em cópias, circulou por vários locais na recolha de assinaturas nos finais de 1973 e início de 1974. Antes que se tivesse reunido as várias folhas e feito a contagem para de seguida se proceder à entrega ao governo, sucedeu o 25 de Abril de 1974 e com ele o direito de associação a permitir a criação da ADFA, tarefa em que todos os elementos ligados às anteriores actividades se empenharam totalmente. A contagem das assinaturas não chegou, pois, a ser feita, mas sabe-se que só no âmbito do Hospital Militar foram recolhidas algumas centenas, verificando-se uma adesão geral de todos os deficientes contactados.

Com o 25 de Abril a luta deixou de ser clandestina. A ADFA, agora criada por vontade dos deficientes, podia apresentar livremente as suas reivindicações. E foi o que fez logo nos últimos dias de Maio de 1974. Esse primeiro caderno reivindicado da Associação havia de assentar, fundamentalmente, naquele documento clandestino que não chegou a atingir o seu destino.

Hoje, a dez anos de distância, interessa analisar aqui os anseios dos Deficientes das Forças Armadas nesses tempos, realçando-se daí as conquistas alcançadas, por um lado, e aquilo que ainda não foi conseguido, por outro.

O Decreto-Lei n.º 43/76, em cuja redacção a Associação teve bastante influência, viria dar resposta a algumas dessas pretensões iniciais mas ignoraria uma exigência fundamental: a definição de um estatuto único para todos os Deficientes das Forças Armadas, em campanha e em serviço.

Na introdução do documento dirigido a Marcelo Caetano, os subscritores salientavam a situação de abandono a que se encontravam votados «aqueles a quem se tem chamado deficientes, diminuídos ou mesmo inválidos». Referia-se não terem «as autoridades competentes revelado o verdadeiro interesse em prover às dificuldades resultantes das deficiências físicas e muito menos revelado uma preocupação de reintegrar os deficientes na sociedade de onde foram arrancados».

Manifestava-se, logo na introdução, a preocupação com os grandes deficientes, já que a atribuição da pensão não levava em consideração a percentagem de incapacidade. Apontava-se a situação daqueles que se viam sujeitos aos cuidados das famílias, para estas constituindo um peso, ou terem que ser recolhidos em lares. Além disso, chamava-se a atenção para a deficiente assistência protésica que vinha sendo facultada, tanto em quantidade como em qualidade, com reflexos desastrosos na realização profissional daqueles que iam conseguindo a sua reintegração. Realização profissional, dificultada em primeiro lugar pelo próprio Estado ao descontar um terço da pensão ou vencimento daqueles que logravam entrar na função pública, «revelando nitidamente que o Estado tem consciência de que o deficien-

te físico produz menos um terço que os outros trabalhadores».

O direito ao trabalho, justamente remunerado, era assim reclamado pelos Deficientes das Forças Armadas em finais de 1973, não se conformando apenas com a pensão, que, dizia-se, «se para muitos já não chega, para todos se há-de tornar irrisória, pois que não vai acompanhando a subida dos vencimentos».

Deixando clara a sua insatisfação com a exígua legislação existente, a avaliar pela situação de abandono a que se viam votados ainda durante a guerra, as preocupações dos autores do documento voltavam-se também para o futuro. Aí se lembrava os que durante a Primeira Grande Guerra se deficientaram nas fileiras do Exército Português e viram depois, em 1937, revogada a legislação que os protegia (código do inválido). Indício desse futuro negro, à semelhança do dos «inválidos da 1.ª Grande Guerra» era a desvinculação dos Deficientes das Forças Armadas da instituição militar, remetendo-os, para efeitos de tratamento, para o Ministério das Corporações, nos termos do Decreto-Lei n.º 210/73.

Transcrevemos a seguir, na íntegra, as várias exigências constantes deste primeiro caderno reivindicativo dos Deficientes das Forças Armadas. Algumas seriam irrealizáveis, outras foram já satisfeitas através da legislação publicada depois do 25 de Abril, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 43/76, e outras ainda um objectivo a atingir e pelo qual os Deficientes das Forças Armadas, hoje na ADFA, como há dez anos naquela luta clandestina, continuavam a bater-se.

— Que todos os militares feridos em serviço de Campanha, manutenção da ordem pública, prática de actos humanitários, serviço ou serviços directamente relacionados, para efeitos de atribuição da pensão de invalidez e todas outras regalias, gozem de iguais direitos.

— Que os militares deficientes fiquem sempre a pertencer ao Ministério do Exército, tanto no que diz respeito à assistência médica e medicamentosa como ao fornecimento de próteses e outros aparelhos, podendo e devendo mesmo, sempre que necessário, frequentar cursos de reabilitação profissional do âmbito de outros ministérios.

— Que no Ministério do Exército seja criada uma repartição capaz de tratar de todos os assuntos referentes aos deficientes físicos, dela existindo delegações em todas as unidades militares do território Nacional.

— Que todos os militares feridos gozem das mesmas regalias dos militares do Quadro permanente da mesma classe no activo, devendo as praças gozar das regalias da classe de sargentos.

— Que os militares deficientes sejam portadores de um bilhete de identidade militar que, além dos averbamentos existentes no bilhete de identidade dos militares do quadro permanente da mesma classe no activo, conste ainda o direito a assistência médica e medicamentosa em todos os estabelecimentos hospitalares do Estado.

ACTUALIZAÇÕES DE PENSÕES DOS DEFICIENTES EM SERVIÇO

O Dec.-Lei n.º 106-A/83, de 18 de Fevereiro, veio estipular o aumento de 17% nas pensões dos deficientes em serviço, que há semelhança dos anos anteriores vinha sendo atribuído a estes pensionistas, de acordo, aliás, com os aumentos verificados para os trabalhadores e reformados da Função Pública.

No entanto, muitos sócios apresentaram-se nos serviços da Sede e Delegações, manifestando o seu desagrado, dado que a recepção dos retroactivos dos aumentos das pensões, não correspondia ao aumento anunciado.

De imediato a ADFA encetou diligências junto dos serviços competentes da Caixa Geral de Depósitos, a fim de obter uma informação pormenorizada sobre o assunto.

Foi-nos informado, então, que com vista a dar cumprimento ao disposto no Dec.-Lei mencionado, a Caixa Geral de Depósitos, tinha aplicado nova fórmula, de acordo com o n.º 2 do art.º 5 do mesmo diploma legal.

As pensões alteradas em conformidade com o disposto no citado decreto-lei, não poderá exceder as que seriam calculadas com base nas remunerações líquidas correspondentes às remunerações constantes das tabelas de vencimentos fixados nesse diploma, ou das que constem das tabelas aprovadas por disposição legal posterior.

Mais nos foi informado que se a pensão calculada for superior à encontrada na tabela de comparação não haverá aumento.

Nesta conformidade a ADFA sentindo que tal fórmula de cálculo de pensão iria prejudicar os compromissos já assumidos por estes pensionistas, além da subsistência mensal a que os mesmos estão sujeitos, a Direcção Central encarregou o contencioso para tratamento jurídico sobre o assunto, para posteriormente poder efectuar as diligências julgadas necessárias.

— Que todo o militar, que devido à sua incapacidade de tenha dificuldades em caminhar, seja concedida autorização para estacionar a sua viatura em pontos que, embora de estacionamento proibido, não prejudique a passagem de viaturas ou peões.

— Que a pensão de invalidez equivalente ao vencimento do posto que se tiver por promoção ou graduação na data da Junta Hospitalar seja atribuída aos militares com um mínimo de incapacidade de 15 graus, aumentando o quantitativo da pensão proporcionalmente ao grau de incapacidade.

— Que sendo o militar beneficiário duma pensão de invalidez e o grau da sua incapacidade aumente, seja submetido a nova junta hospitalar a fim de ser reavaliado e lhe ser atribuída nova pensão em função do aumento de incapacidade sofrido.

— Que seja criada uma tabela de incapacidades própria para as Forças Armadas a fim de se calcular a pensão de invalidez em função do grau de incapacidade e não da percentagem.

— Que as pensões de invalidez sofram um aumento igual ao do posto correspondente no activo sempre que se verifiquem aumentos de vencimentos.

— Que o fornecimento de próteses e outros aparelhos acompanhe a evolução da técnica a nível Internacional e que se verifique em quantidade e com rapidez suficientes, de molde a o militar não ser prejudicado em qualquer actividade, quer de natureza profissional quer de natureza privada.

— Que aos militares residentes em pontos do País que impliquem necessidade de deslocação a outras localidades para efeitos de tratamento ou de fornecimento e arranjo de aparelhos sejam pagas as viagens e concedidas ajudas de custo, sendo igualmente pagas as viagens e concedidas as ajudas de custo aos acompanhantes dos militares que devido ao seu elevado grau de incapacidade deles não possam prescindir.

— Que os militares deficientes tenham prioridade absoluta no provimento de cargos públicos, não lhes sendo descontada qualquer fracção, quer da pensão quer do vencimento, quer ainda da reforma ordinária ou extraordinária.

— Que todos os militares feridos possam, se assim o desejarem, ingressar no quadro permanente sem obstáculos de ascensão a qualquer posto da hierarquia militar da classe a que pertencem, continuando a perceber a pensão de invalidez do posto da data da Junta Hospitalar na sua totalidade, assim como o vencimento na sua totalidade dos respectivos postos a que vão ascendendo, assim como da reforma ordinária ou extraordinária.

— Que às praças para efeito de ingresso no quadro permanente seja facilitado o imediato acesso à classe de sargentos.

— Que toda a legislação referente aos militares deficientes seja compilada num código inacabado e constantemente completado em face dos problemas inerentes às suas necessidades.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Reabilitação n.º 16

Recebemos mais um exemplar do «reabilitação», revista do Secretariado Nacional de Reabilitação, n.º 16, referente a Setembro e Outubro de 1983.

Este número traz uma série de artigos e notas sobre questões eminentemente técnicas relacionadas com a problemática dos deficientes: transportes, legislação, calendário de reuniões, conferências e exposições, rádio-amadorismo.

Pode-se ler ainda uma série de artigos sobre a actividade do SNR: Estacionamento de veículos ao serviço de deficientes em Lisboa; Relatório da reunião conjunta da Organização Mundial da Saúde e da Comissão Médica R. I.; 69.ª Conferência da OIT-Comissão de Reabilitação profissional.

Traz uma separata sobre XV Congresso Mundial da Reabilitação Internacional.

Destacamos um interessante artigo de Mike Miles (a razão da recusa pela Ásia dos concelhos do Ocidente sobre a deficiência), pensa-

mos ser este um bom assunto de reflexão na perspectiva de um Plano Nacional de Reabilitação.

Minusport n.º 52

Recebemos mais um exemplar de «minusport», organo de difusão de la Federación Española de Deportes para Minusválidos, Espanha, n.º 52 de 1983.

Este número fala-nos fundamentalmente de natações -XIII-Campeonatos Nacionais —, outras modalidades são aqui abordadas: atletismo, ténis de mesa, tiro com arco. Os III Jogos Mundiais de Inverno para Deficientes, são objecto de um artigo.

Boletim Informativo da C. N. A. D.

Foi-nos enviado o boletim informativo da Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes, n.º 0 de Dezembro de 1983.

O boletim faz referência ao Dia Nacional do Deficiente, às leis e política de reabilitação.

DELEGAÇÃO DO PORTO PROJECTA-SE NO EXTERIO

9 ANOS DE ACTIVIDADE CONSTITUEM INCENTIVO PARA NOVOS PROJECTOS:

- Expansão do Centro Oficial de Meios Ortopédicos
- Criação de Cooperativa de Habitação Económica
- Oficina-Escola de Talha Artística
- Serviço de Adaptação de Automóveis

Com cerca de 2500 sócios, constitui a Delegação do Porto a maior delegação da ADFA, tendo vindo a afirmar-se no domínio da Reabilitação Médica, constituindo hoje o Centro Oficial de Meios Ortopédicos o maior serviço desenvolvido pela ADFA.

Dos seus nove anos de actividade, projectam-se para o futuro importantes planos que virão a dar auto-suficiência à Delegação e um lugar importante no domínio da Reabilitação.

Localizada na Rua Pedro Hispano, 1105, numa zona central do Porto, bem servida por transportes e sem barreiras arquitectónicas, aspira a Delegação à plena posse dos terrenos onde estão implantadas as suas instalações, de modo a sentir que constrói sobre bases sólidas. A expansão do Centro Oficial, a criação de uma oficina-escola e de uma Cooperativa de habitação estão na ordem do dia da Delegação do Porto, à qual o Elo se deslocou, aproveitando as comemorações do nono aniversário da Delegação.

Estrutura da Delegação

A estrutura organizativa da Delegação do Porto dá-nos uma ideia aproximada das suas áreas de actividade. A Direcção está articulada com o Gabinete Coordenador que estabelece a ligação entre a Direcção e o Departamento Associativo, o Gabinete Administrativo Financeiro e o Departamento de Reabilitação. Abel Fortuna, presidente da Direcção, encontra-se à frente do Gabinete de Coordenação e do Departamento de Reabilitação, Henrique Rodrigues, secretário da Direcção, é o responsável pela área de Relações Públicas, Póvoas, Tesoureiro, é o responsável administrativo-financeiro, Jorge Pires, 1.º vogal, encontra-se à frente dos Serviços Administrativos e de Atendimento do Centro Oficial, dando apoio a outras áreas Oliveira Duarte, 2.º vogal, é o responsável pelo Departamento Associativo. Abel Fortuna coloca-se inteiramente à disposição do ELO, tendo sido o nosso principal guia no conhecimento da Delegação.

Apoio social

A secretaria e o serviço de atendimento aos sócios, que estende também o seu apoio a outros deficientes quando ele é solicitado, nomeadamente aos utentes do Centro Oficial, encontravam-se então assoberbados de trabalho, em parte devido ao grande volume de trabalho criado pela passagem das ADMS e à recepção das inscrições para as festas de Natal. Foi Adriano Leitão, sócio e funcionário responsável pelo serviço de apoio social, que nos falou da actividade deste sector onde o sócio encontra apoio no que diz respeito a requerimentos, pedidos de declaração, compras de carro, empréstimos hipotecários, isenções de propinas, reabertura de processos e revisão de processos, chegando ali os sócios a colocarem as suas próprias questões familiares e problemas que nada têm a ver com a sua situação de deficientes militares, pois devido à falta de estruturas muitos vêm na Associação o único local onde podem colocar os seus problemas.

A Delegação vai também procurar que as ADMs sejam prestadas pela Delegação e fazer um novo levantamento total dos sócios, com a actualização e completamento das fichas. Registe-se ainda o aparecimento de novos indivíduos, com a abertura do respectivo processo, cujas provas são sempre morosas.

Adaptação de veículos

Foi ainda Adriano Leitão, acompanhado de Abel Fortuna, que nos falou da representação para o Norte do País que a Delegação passou a ter de uma agência de dispositivos de adaptação de automóveis. Embora não estejam ainda firmados os contratos por escrito, a Delegação já está em condições de providenciar as adaptações, tendo um indivíduo que procederá às montagens necessárias.

Trata-se de um sistema de adaptação toda levada a cabo por deficientes, vindo a Delegação a representar a Guidosimplex, cuja fábrica de componentes está instalada em Barcelona.

Cooperativa de Habitação

Os pedidos para que alguns bairros fossem reservadas habitações para deficientes, pelas Câmaras Municipais, levaram a pensar-se num projecto que resolvesse o mesmo problema, vindo a solução a ser o incentivo à criação de uma cooperativa de habitação.

Neste momento já se conta com oitenta sócios interessados e com um terreno cedido pela Câmara Municipal do Porto para a implantação de uma primeira fase de 40 fogos.

Decorrem os preparativos para a legalização, estando os estatutos a ser analisados pelo serviço de contencioso da sede e vindo o prosseguimento da sua criação a ser objecto de análise na Assembleia Geral de 14 de Janeiro.

É objecto da criação da cooperativa não se cingir só ao Porto e arredores, mas vir também a fazer lotes de casas dentro da área da delegação. Espera-se que a assembleia de fundadores venha a realizar-se ainda em Janeiro.

As barreiras arquitectónicas prevaletentes ainda nas actuais construções e o arrastamento dos problemas constituem o principal fundamento desta iniciativa, vindo uma parte destas casas a serem adaptadas aos condicionalismos físicos dos sócios, dependendo as soluções dos inscritos.

Oficina-Escola de Talha Artística

Dentro do projecto de interligar a reabilitação médica com a reabilitação profissional dos deficientes motores através da sua reconversão profissional ou da aprendizagem de uma nova profissão, surgiu o projecto da criação de uma oficina-escola de Talha Artística, arte com tradições no Norte, vindo a mesma a ser apoiada pelo Ministério do Trabalho e a substituir a oficina mercenária da Delegação, em fase de transformação.

A área da Talha Artística mostra-se adequada às potencialidades profissionais mesmo de grandes deficientes motores dos membros inferiores e pode vir a ser executada na própria casa do deficiente, sem ter necessidade de deslocações.

Núcleos criados: Chaves e Vila do Conde/Póvoa de Varzim

Sendo a criação de núcleos a forma de implantar a ADFA a nível local e de gerar um novo dinamismo, já se encontram implantados os núcleos de Chaves e Vila do Conde/Póvoa de Varzim. Ambos têm à sua frente comissões instaladoras. O núcleo de Chaves, no Forte de S. Francisco, encontra-se aberto às quartas das 9 às 12.30 e das 14 às 17, e aos sábados das 9 às 12.30. O núcleo de Vila do Conde/Póvoa de Varzim, na Calçada do Lidador, 40, Vila do Conde, está aberto à sexta-feira, à noite, e ao sábado, da parte da manhã. Nestes núcleos já podem ser tratados e encaminhados os problemas para a Delegação, abrangendo o núcleo de Chaves, Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Há outros núcleos que funcionam na base de reuniões e que correspondem a pequenos grupos de sócios (Viana do Castelo, Vila Real, Arcos de Valdevez, Fafe, Felgueiras, Lordelo-Paredes, S. João da Madeira), tendo-se já descentralizado as festas de Natal, na sua base.

Nono aniversário festejado dentro da própria casa

— Estamos aqui a festejar o 9.º Aniversário, inaugurando um serviço que já existia há muito tempo, mas que alcançou agora as condições desejáveis. Não estamos a comemorar

num restaurante qualquer, mas na nossa própria casa. Estamos em festa, este serviço funcionar para todos nós, também para os que não estão aqui e vão precisar dele.

Assim se referiu o membro da Direcção, Póvoas, aos amplos melhoramentos do serviço de cantina/refeitório, agora com capacidade para 60 utentes, funcionando tipo «self-service», durante a sua intervenção no final do jantar-convívio, comemorativo do nono aniversário da Delegação. Disposto de uma óptima sala que pode albergar as oitenta pessoas presentes no jantar, a cozinha onde foi também confeccionada a refeição, ur dispensa bastante ampla e casas de banho adaptadas a deficientes motores, completam as instalações da nova cantina/refeitório. A qualidade das instalações e do equipamento, com a sua inauguração no dia 7 de Dezembro, só foram possíveis pela colaboração graciosa dos sócios Cardoso da Cunha (parte eléctrica) Bernardino Correia (canalizações) Leonel Perei (projecto de arquitectura), e pelo trabalho polivalente de diversos funcionários da Delegação.

Além dos sócios, podem beneficiar do serviço de refeitório os utentes do Centro Oficial de Meios Ortopédicos que chegam, em tratamento intensivo, a frequentar o serviço de Medicina Física durante a parte da manhã e a parte da tarde.

A Associação é falada no exterior

Constituiu o jantar-convívio, dado o elevado número de sócios presentes, ur oportunidade da Direcção da Delegação se dirigir a todos os sócios, fazendo com satisfação o balanço do desenvolvimento da Delegação.

Felicitando a Delegação pela passagem do Nono Aniversário, foram recebidos telegramas e telefonemas da Direcção Central, da Mesa da Assembleia Geral Nacional, da Delegação de Évora e dos Trabalhadores da Sede e de sócios em nome individual, saudando a Delegação e exortando à continuação da defesa e consecução dos princípios objectivos da ADFA.

Das intervenções feitas, destacamos a do Póvoa feita em primeiro lugar, que ele mesm apresentou como uma viagem ao passado, paragem no presente, continuação para o futuro, começando por evocar o grupo que há nove anos arrancou com a Delegação, do qual ele f parte.

Era difícil então reunir tanta gente como a que está hoje aqui. Mas era necessário fazer alguma coisa pelos que então se agruparam ou se podiam vir a juntar a nós.

Esta delegação, com meia-dúzia de elementos, arrancou com bases para ela se vir tornar o que é hoje. Nessa altura vincaram-se posições, que podemos apontar em princípios.

— Constituir uma Associação que defendesse os aspectos de ordem reivindicativa associativa.

— Uma Associação que trilhasse o caminho daquilo que se pode considerar o primeiro passo na reabilitação, pensando nos militares e nos outros deficientes.

— A delegação devia ter uma estrutura que fosse ao encontro das necessidades dos sócios e que fizesse da Associação uma realidade auto-suficiente (...).

Hoje já esta associação é falada no exterior! Porque tem serviços aos serviços daqueles que são militares e daqueles que não são. Temos planos para outros serviços projectos em formulação. Talvez daqui a um ano ou dois possamos afirmar que a Associação já deu mais um passo, já engrandeceu o seu património ao serviço de todos aqueles que são deficientes.

Ao terminar a sua intervenção, Póvoas pediu aos presentes uma reflexão sobre todos aqueles que já por esta casa passaram, e que aqui, hoje, não estão presentes, e fez u apelo no sentido de todos se aglutinarem na prossecução do objectivo de ajudar todos aqueles que ainda não resolveram os seus problemas.

Rodrigues Teixeira, membro do Conselho Fiscal Central, numa curta intervenção referiu a altura presente como a altura em que a Delegação do Porto transborda para além das paredes da delegação, e lançou também um apelo aos presentes:

Entristece-me muito não ver aqui outras pessoas. Cada um de nós, junto desses é que deve intervir. Devemos ouvir com agrado as suas críticas.

Das palavras proferidas em último lugar por Abel Fortuna, presidente da Direcção destacamos as passagens seguintes:

Apraz-nos agradecer e reconhecer o trabalho que outros realizaram antes de mim (...)

Por diversas vezes, dentro da Associação, foi esta delegação a primeira a marcar o ritmo a cadência necessárias para a Associação prosseguir os seus objectivos: a reintegração reabilitação dos deficientes.

Com a nossa Associação, que conseguiu encontrar-se a si própria, reuniram-se as condições para dar mais um salto qualitativo.

Se possível, daqui a um ano ou daqui a dois, estaremos reunidos para comemorar a abertura de mais um serviço, prosseguindo a nossa afirmação nos caminhos estreitos objectivos da reabilitação.

Vieram depois os brindes e juntaram-se as vozes de todos os presentes entoando com entusiasmo um hino à ADFA, com letra de Abel Fortuna e musicado pelo sócio Jorge Pina:

ADFA, ADFA, ADFA,
ADFA, ADFA, ADFA,

Levanta-te Deficiente,
A esmola quebra a mão,
Levanta-te e não admitas
Que te tratem como um trapo
Ou sequer um farrapo
Que só serve para limpar o chão.

Levanta-te Deficiente
E luta pela emancipação
Em frente, luta pela Reabilitação.

Levanta-te Deficiente,
Junta-te a teu irmão,
Levanta-te Deficiente,
Luta pela Reabilitação
ADFA, ADFA, ADFA,
ADFA, ADFA, ADFA,

Levanta-te Deficiente,
Exige que te olhem de frente,
Levanta-te e não admitas
Ser fardo de toda a gente,
Tens direito ao trabalho
Como qualquer cidadão,
Em frente, luta pela reabilitação.
Levanta-te Deficiente,
Junta-te ao teu irmão,
Levanta-te Deficiente,
Luta pela Associação.
ADFA, ADFA, ADFA,
ADFA, ADFA, ADFA.

ABEL FORTUNA

E a animação prolongou-se pela noite fora, pois o dia seguinte era o feriado de 8 de Dezembro, tendo a actuação do grupo de fados do sócio Jorge Pina, com as vozes de Justino Teixeira e D. Maria Adelaide, criado bons momentos de convívio e confraternização.

HORÁRIO DA DELEGAÇÃO		
TODOS OS DIAS:	MANHÃ	TARDE
De segunda-feira a sexta-feira	9.00-12.30	13.30-18.00
1.º sábado de cada mês	9.00-12.30 Abertura normal dos Serviços	Reunião da Direcção com os Sócios

CENTRO OFICINAL DE MEIOS ORTOPÉDICOS

ESPÍRITO DE SERVIÇO E TRABALHO DE EQUIPA 1983 — ANO DE MAIOR EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

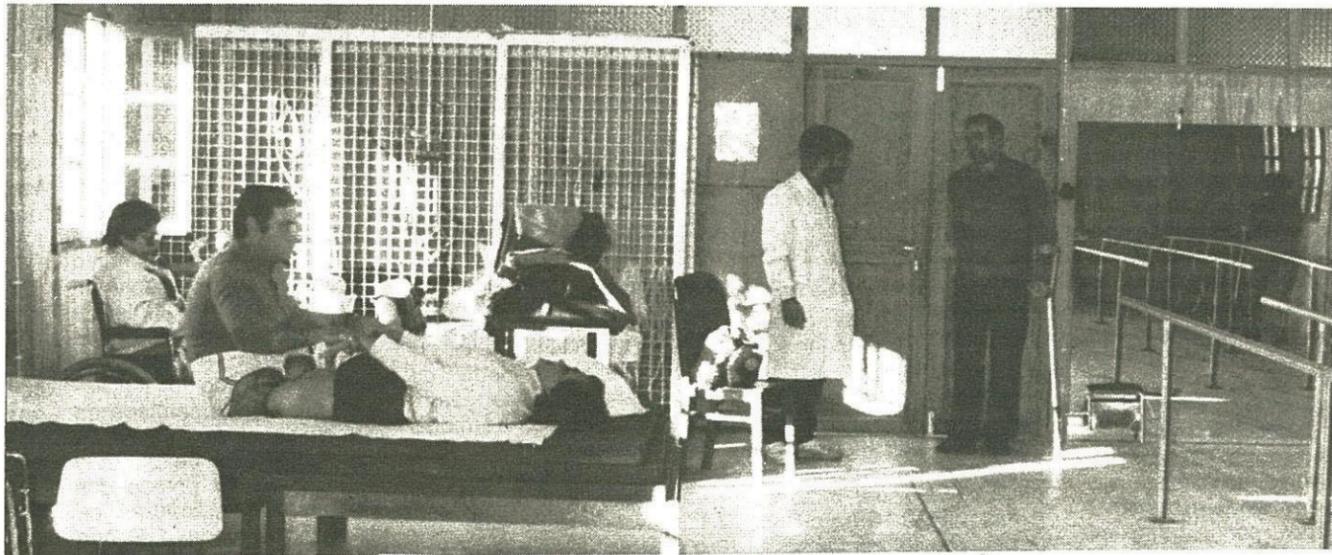
O espírito de serviço, que tem norteado a actividade do Centro Oficial de Meios Ortopédicos da Delegação do Porto, não tem impedido o seu desenvolvimento e expansão, sendo hoje a entidade que executa o maior número de próteses e ortóteses, ao nível do Porto e talvez mesmo ao nível nacional, conforme a opinião do técnico responsável pelas oficinas, Fernando Amorim, sócio e membro do Conselho Fiscal.

O ano de 1983 correspondeu ao ano de maior desenvolvimento e produção, tendo sido executados, mais de 500 trabalhos, ganhos 90% dos pagamentos feitos e prestadas 350 consultas, levando-se o valor da facturação a onze mil euros.

Do espírito de serviço tem-se aliado uma gestão equilibrada que permitiu a ampliação sucessiva do Centro de um para quatro pavilhões pré-fabricados, hoje com uma área total de 350 m², através do recurso aos próprios meios do Centro. Foram a *qualidade* dos serviços e a *visibilidade* para com os doentes, isentas de qualquer interesse comercial, que têm imposto ao Centro, podendo o próprio pagamento (quanto ao seu calendário) ser estudado com os deficientes mais carenciados, sem que o pagamento das prestações venha a ser mais onerado.

Obedecendo ao princípio de que um Centro como este deve constituir uma unidade completa, existem os seguintes departamentos: serviço de atendimento e administração; centro médico; centro oficial de próteses e ortóteses; serviço de medicina física e reabilitação (ginásio para fisioterapia e terapia ocupacional); laboratório de electrónica. O trabalho de equipa inicia-se na primeira consulta, onde estão presentes o médico fisiatra, o técnico responsável de próteses e ortóteses e o terapeuta, vindo a prótese a ser dada como concluída e entregue na presença do médico, do terapeuta e do técnico que a confecionou.

Encontra-se o Centro ligado à Escola Médica de Próteses e Ortóteses da Universidade de Nova Orque e ao Fundo Mundial de Reabilitação, organização associada às Nações Unidas e as-



Aspecto do Ginásio de Medicina Física do C. O. M. O.

sistindo programas de reabilitação em cerca de 150 países.

Trabalham actualmente no Centro treze trabalhadores, na sua maior parte deficientes das Forças Armadas, e são utentes do Centro deficientes, tanto militares como civis, que se dirigem ao Centro enviados por Hospitais, Companhias de Seguros, Serviços de Assistência Médica dos Bancários, empresas privadas ou a título particular.

Encontrando uma equipa unida e um ambiente aberto, sem qualquer encenação, a presença do jornalista tornou-se rapidamente familiar, procurando transmitir ao leitor um retrato do Centro no seu dia a dia e uma pequena ideia do trabalho de reabilitação.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O Centro Oficial de Meios Ortopédicos, da Delegação da ADFA do Porto, futuro Centro de Reabilitação de Deficientes Motores, foi criado em 1976, tendo em vista suprir as muitas carências dos deficientes motores (amputados em especial) que constituem um grupo extremamente elevado entre os deficientes das Forças Armadas, alargando-se entretanto a sua acção a todos os deficientes motores.

Dotado e equipado com

os meios técnicos adequados, capazes de assegurar a aplicação de técnicas permanentemente actualizadas, o Centro Oficial está organizado na base da articulação médico-técnico-terápica, que envolve o processo da reabilitação e recurso a próteses e ortóteses. O Presidente da Direcção da Delegação e Coordenador dos Serviços, Abel Fortuna, fez-nos uma primeira apresentação do Centro e indicou-nos os seus responsáveis.

O responsável pelo Centro Médico é o médico fisiatra, Dr. Mário Jorge, prestando serviço no mesmo Centro o Dr. Rui Viana, também médico fisiatra, realizando as consultas à quinta-feira. O técnico responsável pela oficina de próteses, ortóteses e calçado ortopédico e coordenador das secções é o sócio Fernando Amorim, tendo frequentado em S. Paulo, no

Brasil, um Curso de Técnico Protésico do Fundo Mundial de Reabilitação. Na área de medicina física presta serviço a tempo inteiro o técnico de fisioterapia Claudino Ferreira, e em regime de part-time a terapeuta ocupacional a Manuel Bravo. Jorge Pires, também sócio, é o responsável pelo serviço administrativo e de atendimento. Existem ainda o Serviço de Documentação e o Laboratório de Electrónica.

ÁREA FORMAÇÃO

A formação dos técnicos tem sido preocupação constante da ADFA, encontrando-se neste momento um dos técnicos, Agostinho Alves, a frequentar um curso de especialização no Brasil, promovido pelo Fundo Mundial de Reabilitação. Tal formação tem sido feita pela ADFA, sem que tivesse recebido quaisquer apoios financeiros, à excepção de subsídios eventuais concedidos pela Fundação Calouste Gulbenkian. Actualmente uma grande parte dos técnicos especializados que se encontram a trabalhar em Centros congéneres

foram formados profissionalmente pela ADFA. Além dos cursos no Brasil, já foi proporcionada a frequência de cursos de aperfeiçoamento na Alemanha e na Áustria.

No nosso país, além de um Curso de Próteses Mioeléctricas ministrado pela Otto Bock Ibérica e outro Curso de Próteses Mioeléctricas e Híbridas ministrado pela Viennatone, teve especial destaque o Curso de Próteses ministrado em 1979 pela Escola Médica de Pós-Graduação da Universidade de Nova Orque, frequentado por 12 técnicos, 50 terapeutas e 50 médicos.

MEDICINA FÍSICA

O Ginásio, constituído por um pavilhão do conjunto de quatro, está equipado com os aparelhos indispensáveis, facultando neste momento tratamento a cerca de quinze pessoas, alguns casos em regime intensivo, todas elas amputadas.

Uma conversa muito franca com Claudino Ferreira, jovem terapeuta recém-formado cuja dedicação ao Centro e aos doentes será indiscutível, transmitiu-nos um pouco da sua experiência no campo da reabilitação, assim como a confiança manifesta que os seus doentes depositam nele nos permitiu um contacto fácil com os mesmos doentes, que rapidamente se sentem na Associação como em sua casa, e se declaram satisfeitos com o tratamento e os serviços prestados. Foi com satisfação que vi a D. Rosalina estar presente no jantar comemorativo da Delegação, D. Rosalina que já faz parte da «família» do Centro e que foi caso da Imprensa, pois ficou ampu-

tada das duas pernas ao ser colhida por um comboio para salvar duas crianças.

A solidariedade e sensibilidade que os doentes encontram no Centro, que surge natural e espontaneamente dada a vivência de uma grande parte dos responsáveis pelo Centro, eles também deficientes, ajudam os mesmos doentes a reencontrarem-se e a ultrapassarem as dificuldades. Muitos doentes preferem estar aqui... choca-os o facto de saírem para a rua e as pessoas se ficarem a olhar para o coto, assim se referiu Claudino ao facto de bastantes doentes fazerem do local de tratamento um pequeno espaço de convívio. Também a abertura da cantina aos doentes em tratamento se integra no mesmo espírito com que o doente é recebido na Associação. Sobre o Centro, Claudino considera que é um dos locais onde se consegue fazer um trabalho de equipa mais bem conseguido.

DOENTES AJUDAM DOENTES

Sobre o tratamento, colhemos alguns dados interessantes:

O tempo de tratamento depende da força de vontade das pessoas e também do coto. Há pessoas que além de bons doentes se tornam bons ajudantes...

Muito devo eu ao outro doente.

Tratando-se de um tratamento moroso e difícil, nem sempre se chega a bom termo, havendo casos de desistência.

(Continua na pág. 8)

SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

BOBELA MOTA

VISITOU DELEGAÇÃO DO PORTO

Visita excedeu todas as expectativas

Projectos da Delegação irão merecer toda a atenção de Bobela Mota



Foto publicada em 1.º de Janeiro

projectos da Delegação irão merecer toda a atenção da parte do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Enquadrada dentro da visita que o Secretário Nacional de Reabilitação realizou a diversas associações, centros e instalações de e para deficientes,

foi a sua visita à Delegação amplamente noticiada pelos jornais do Norte e constituiu a primeira visita da mais alta entidade do Secretariado Nacional de Reabilitação a uma delegação da ADFA.

Além de ter sido posto a par dos planos e projectos da Delegação do Porto, que virão a envolver o necessário apoio oficial, também foi apresentado ao Secretariado Nacional de Reabilitação o desejo de ser concedido à ADFA o direito de propriedade sobre os terrenos, onde estão implantadas as actuais instalações.

No passado dia 15 de Dezembro recebeu a Delegação do Porto a visita do Secretário Nacional de Reabilitação, Bobela Mota, tendo sido acompanhada pela sua visita pelo Presidente da Direcção da Delegação e outros membros da Direcção. Constituiu a maior surpresa para o Secretário Nacional de Reabilitação a realidade do Centro Oficial dos Meios Ortopédicos, que ele visitou demonstrando, ouvindo as explicações dos responsáveis técnicos em diferentes áreas, nomeadamente a das oficinas.

Nas suas declarações aos jornais, afirmou Bobela Mota que a visita feita excedeu todas as suas expectativas e que os

A-SE NO EXTERIOR

PARA NOVOS PROJECTOS:

uer, mas na nossa própria casa. Estamos em festa, este serviço irá ós, também para os que não estão aqui e vão precisar dele.

membro da Direcção, Póvoas, aos amplos melhoramentos do serviço agora com capacidade para 60 utentes, funcionando tipo «self-sua intervenção no final do jantar-convívio, comemorativo do nono ção. Dispondo de uma óptima sala que pode albergar as oitenta jantar, a cozinha onde foi também confeccionada a refeição, uma pla e casas de banho adaptadas a deficientes motores, completam as intina/refeitório. A qualidade das instalações e do equipamento, com a ia 7 de Dezembro, só foram possíveis pela colaboração graciosa dos nha (parte eléctrica) Bernardino Correia (canalizações) Leonel Pereira ra), e pelo trabalho polivalente de diversos funcionários da Delegação. podem beneficiar do serviço de refeição os utentes do Centro Oficial s que chegam, em tratamento intensivo, a frequentar o serviço de te a parte da manhã e a parte da tarde.

A Associação é falada no exterior

tar-convívio, dado o elevado número de sócios presentes, uma ção da Delegação se dirigir a todos os sócios, fazendo com satisfação vimento da Delegação.

elegação pela passagem do Nono Aniversário, foram recebidos mas da Direcção Central, da Mesa da Assembleia Geral Nacional, da e dos Trabalhadores da Sede e de sócios em nome individual, o e exortando à continuação da defesa e consecução dos princípios e

feitas, destacamos a do Póvoa feita em primeiro lugar, que ele mesmo a viagem ao passado, paragem no presente, continuação para o futuro, r o grupo que há nove anos arrancou com a Delegação, do qual ele fez

unir tanta gente como a que está hoje aqui. Mas era necessário fazer ue então se agruparam ou se podiam vir a juntar a nós.

com meia-dúzia de elementos, arrancou com bases para ela se vir a . Nessa altura vincaram-se posições, que podemos apontar em 3

a Associação que defendesse os aspectos de ordem reivindicativa e ção que trilhasse o caminho daquilo que se pode considerar o primeiro , pensando nos militares e nos outros deficientes.

devia ter uma estrutura que fosse ao encontro das necessidades dos da Associação uma realidade auto-suficiente (...).

Associação é falada no exterior! Porque tem serviços ao serviço litares e daqueles que o não são. Temos planos para outros serviços e lação. Talvez daqui a um ano ou dois possamos afirmar que a ais um passo, já engrandeceu o seu património ao serviço de todos cientes.

ia intervenção, Póvoas pediu aos presentes uma reflexão sobre todos ista casa passaram, e que aqui, hoje, não estão presentes, e fez um todos se aglutinarem na prossecução do objectivo de ajudar todos ão resolveram os seus problemas.

ira, membro do Conselho Fiscal Central, numa curta intervenção, nte como a altura em que a Delegação do Porto transborda para além gação, e lançou também um apelo aos presentes:

uito não ver aqui outras pessoas. Cada um de nós, junto desses é que os ouvir com agrado as suas críticas.

oferidas em último lugar por Abel Fortuna, presidente da Direcção, agens seguintes:

lecer e reconhecer o trabalho que outros realizaram antes de mim (...).

i, dentro da Associação, foi esta delegação a primeira a marcar o ritmo e rias para a Associação prosseguir os seus objectivos: a reintegração e cientes.

Associação, que conseguiu encontrar-se a si própria, reuniram-se as nais um salto qualitativo.

qui a um ano ou daqui a dois, estaremos reunidos para comemorar a n serviço, prosseguindo a nossa afirmação nos caminhos estreitos e acção.

s brindes e juntaram-se as vozes de todos os presentes entoando com à ADFa, com letra de Abel Fortuna e musicado pelo sócio Jorge Pina:

Levanta-te Deficiente,
Exige que te olhem de frente,
Levanta-te e não admittas
Ser fardo de toda a gente,
Tens direito ao trabalho
Como qualquer cidadão,
Em frente, luta pela reabilitação.
Levanta-te Deficiente,
Junta-te ao teu irmão,
Levanta-te Deficiente,
Luta pela Associação.
ADFA, ADFA, ADFA,
ADFA, ADFA, ADFA.

ABEL FORTUNA

rolongou-se pela noite fora, pois o dia seguinte era o feriado de 8 de actuação do grupo de fados do sócio Jorge Pina, com as vozes de Maria Adelaide, criado bons momentos de convívio e confraternização.

HORÁRIO DA DELEGAÇÃO		
DIAS:	MANHÃ	TARDE
1-feira 2-feira	9.00-12.30	13.30-18.00
do nês	9.00-12.30 Abertura normal dos Serviços	Reunião da Direcção com os Sócios

CENTRO OFICIAL

ESPÍRITO DE SERVIÇO E TRABALHO DE EQUIPA 1983 — ANO DE MAIOR EXPANSÃO DOS SERVIÇOS

O espírito de serviço, que tem norteado a ctividade do Centro Oficial de Melos Ortopédicos da Delegação do Porto, não tem impedido seu desenvolvimento e expansão, sendo hoje a idade que executa o maior número de próteses e ortóteses, ao nível do Porto e talvez mesmo nível nacional, conforme a opinião do técnico responsável pelas oficinas, Fernando Amorim, cico e membro do Conselho Fiscal.

O ano de 1983 correspondeu ao ano de maior desenvolvimento e produção, tendo sido executados, mais de 500 trabalhos, ganhos 90% dos çamentos feitos e prestadas 350 consultas, evando-se o valor da facturação a onze mil ntos.

Do espírito de serviço tem-se aliado uma estão equilibrada que permitiu a ampliação ccessiva do Centro de um para quatro pavilões pré-fabricados, hoje com uma área total e 350 m², através do recurso aos próprios melos o Centro. Foram a qualidade dos serviços e a nsibilidade para com os doentes, isentas de qualquer interesse comercial, que têm imposto o ntro, podendo o próprio pagamento (quanto o seu calendário) ser estudado com os deficiente mais carenciados, sem que o pagamento n prestações venha a ser mais onerado.

Obedecendo ao princípio de que um Centro mo este deve constituir uma unidade comple- , existem os seguintes departamentos: serviço e atendimento e administração; centro médico; ntro oficial de próteses e ortóteses; serviço e medicina física e reabilitação (gínasio para loterapia e terapia ocupacional); laboratório e electrónica. O trabalho de equipa inicia-se m a primeira consulta, onde estão presentes o médico fisiatra, o técnico responsável de próteses e ortóteses e o terapeuta, vindo a prótese a r dada como concluída e entregue na presen- do médico, do terapeuta e do técnico que a nfeccionou.

Encontra-se o Centro ligado à Escola Médica de Próteses e Ortóteses da Universidade de Nova rque e ao Fundo Mundial de Reabilitação, ganização associada às Nações Unidas e as-

SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO BOBELA VISITOU DELEGAÇÃO

Visita excedeu todas as expectativas Projectos da Delegação irão merecer toda

o passado dia 15 Dezembro recebeu Delegação do Porto visita do Secretário clonal de Reabilita- o, Bobela Moita, ten- sido acompanhada sua visita pelo Pre- lente da Direcção Delegação e outros mbros da Direcção. nstituiu a maior sur- esa para o Secretá- Nacional de Reabi- lição a realidade do ntro Oficial dos los Ortopédicos, r ele visitado demo- damente, ouvindo as plicações dos res- nsáveis técnicos s diferentes áreas, meadamente a das clinas.



projectos da Delegação irão merecer toda a atenção da parte do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Enquadrada dentro da visita que o Secretário Nacional de Reabilitação realizou a diversas associações, centros e instalações de e para deficientes,

m declarações aos nais, afirmou Bobela ta que a visita feita cedeu todas as suas pectativas e que os

CENTRO OFICINAL DE MEIOS ORTOPÉDICOS

OFICINAS

(Continuação da pág. 7)

Uma prótese trata-se de um objecto pessoal que não admite pré-fabricação, dependendo da perícia do técnico o seu ajustamento, e mais do que uma peça de vestuário ela tem de ser feita «por medida»; se não houver um ajustamento perfeito da prótese ao doente ela torna-se para ele, em vez de um auxiliar, um impedimento.

Por diversas vezes que atravessámos as salas das oficinas, bastante amplas, vimos sempre os seus trabalhadores, técnicos e ajudantes, continuamente ocupados, pondo o máximo de cuidado na execução de cada pormenor ou acabamento.

Falámos com Fernando Amorim, responsável pela secção de oficinas, enquanto ele tirava o molde de gesso para uma prótese de uma parte do antebraço e mão, ao fim de um dia de trabalho contínuo. Visivelmente satisfeito com os níveis de produção alcançados este ano, Amorim refere que se bateu o recorde de confecção de quase todos os tipos de próteses e ortóteses.

Também ele se referiu ao Centro em geral, focando o tratamento personalizado, e não impessoal, dedicado aos doentes. A criança (sem braço e sem perna) a quem tirei os moldes a chorar, hoje faz parte do Centro.

Onde houver um centro, ele deve estar completo.

Deve haver uma equipa unida.

Dado o elevado custo que representa para o País os encargos decorrentes com a importação de matérias e componentes que entram na construção de próteses, já se encontra, ligado às oficinas, um laboratório de

GESTÃO FINANCEIRA

Dado que o trabalho realizado não visa propriamente os lucros, mas prestar um serviço, no caso dos utentes ligados aos Serviços Médico-Sociais que só recebem participação de uma parte do valor das próteses, a Associação tem facultado o pagamento conforme as possibilidades, sem mais encargos. Isto é um serviço e, além da qualidade técnica, isto é uma maneira de ajudar aqueles que têm menos possibilidades, dentro do espírito de solidariedade que a Associação tem para todos os deficientes.

Do ponto de vista da produtividade e da gestão financeira o volume de serviços executados, cerca de 500 entre próteses e ortóteses novas e reparações, e o valor da facturação: cerca de onze mil contos, relativamente a 1983, falam bem por si, nomeadamente se compararmos a produção com os anos anteriores.

A gestão económica e financeira tem-se pautado pelo equilíbrio entre as receitas e as despesas, a par de um contínuo desenvolvi-

electrónica que traduz o empenhamento do Centro em vir a produzir tais materiais. Referiu-nos Fernando Amorim que são hoje importados ainda, os pés, os joelhos, as mãos mecânicas e electrónicas, e os cotovelos (da Alemanha, EUA, Inglaterra e Áustria).

mento e expansão do Centro Oficial.

Principal fornecedor do Hospital Militar, segue-se-lhe o Comando Territorial dos Açores, o Hospital da Marinha, o Hospital da Força Aérea, inúmeros hospitais civis do Norte e de todo o País, companhias de seguros, Serviços Médico-Sociais, empresas e utentes particulares.

Dado o facto de o Centro, conforme expressão de Jorge Pires, responsável pela administração, não ser propriamente uma casa comercial, ele tem desempenhado um papel de regulador dos preços, preocupando-se com a melhoria da qualidade de modo a que a duração das próteses seja maior. Note-se que em 1976 se faziam próteses pelo Centro aos preços que vigoravam em 1973. Também se estão a fazer esforços de modo a que se venham a obter adjudicações directas, sem estarem sujeitas a concurso, mostrando-se a constituição de um ficheiro completo dos doentes, útil para o controlo do trabalho realizado e para atingir tal objectivo.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Dado o elevado grau de desenvolvimento atingido pelo Centro Oficial do Porto, poderá agora começar a desenhar-se a concretização de projectos mais ambiciosos ainda.

Face ao aproveitamento total das instalações actuais e dado o seu acanhamento para poderem vir a servir um número maior de utentes, a ampliação da área actual de 350 m² para 700 m² será inevitável, vindo tal ampliação a ser acompanhada da substituição dos pavilhões por construção de pedra e tijolo. E se for dotado das necessárias estruturas de base pode ainda o Centro vir a abalancar-se a pôr a sua experiência e actividade ao serviço do Fundo Mundial de Reabilitação com a criação de uma escola de formação de técnicos de próteses e ortóteses, que virá a poder situar-se ao nível das três existentes actualmente, no Brasil, na Índia e na Dinamarca.

A nível nacional e a médio prazo vai ser criado o Centro Oficial de Meios Ortopédicos de Évora e decorrem contactos com Ponta Delgada, tendo em vista a criação de um centro similar. Sobre Évora, decorrem já os contactos com a Direcção-Regional de Emprego do Alentejo, no sentido de se obterem os apoios técnicos e financeiros indispensáveis. A delegação do Porto encontra-se já a preparar o dossier que contém a calendarização dos aspectos

relacionados com a formação profissional (tendo no último número do «Elo» sido publicado um anúncio para a admissão de candidatos a carreira de técnicos de próteses), com as instalações e equipamento e funcionamento futuro.

Também o projecto da Escola de Formação Profissional em Talha Artística se articula com o papel do Centro na área da reabilitação, nomeadamente no que se refere à reabilitação profissional ou à formação profissional de amputados dos membros inferiores.

A posição de destaque e a projecção que o Centro Oficial dos Meios Ortopédicos do Porto alcançou em tão poucos anos constituem a melhor garantia para os apoios que o Centro venha a solicitar e a receber, recordando-se a observação pertinente de um dos membros da Direcção que o Ministério

da Defesa tem ganho e reembolsado parte dos subsídios atribuídos à ADFA através dos serviços prestados no campo das próteses e ortóteses pela melhoria de qualidade, um factor de economia porque o material fornecido agora dura muito mais.

Indo primeiro ao encontro de uma grande carência dos deficientes militares e também civis, a nível nacional, ganhou o Centro do Porto pernas próprias para andar e caminhar até bastante longe, não parecendo sequer descabido vir a caber-lhe um lugar futuro no campo internacional da produção e execução de próteses e ortóteses. Mesmo que seja só sonhar, apesar de tudo o sonho comanda a vida, e uma coisa é certa: a Delegação da ADFA do Porto e o Centro Oficial têm os pés bem assentes em terra firme: o alcance do trabalho já realizado.

LUÍS VALE



Aspecto das oficinas

MINISTÉRIO DO TRABALHO — CENTRO DE FORMAÇÃO DE RANHOLAS

(Continuação da pág. 3)

mil contos. Além das primeiras plantas envasadas, que foram adquiridas no mercado, havia plantas oferecidas pelo engenheiro Riço Calado, um aspecto de pormenor que nos mostra, entretanto, o empenho pessoal posto por ele no Centro de Ranholas. As plantas adquiridas, destinam-se-ão a serem multiplicadas, tal como assegurou Riço Calado: «Agora é o início. Nunca mais vamos comprar plantas!»

Dado que o jardim se encontra atrasado e vai ser implantado pelos primeiros estagiários, existe autorização para se trabalhar com os Serviços Florestais de Sintra e outros serviços públicos.

Dentro do plano do jardim, destaca-se a existência de um lago, de relvados com um «mosaico» de figuras, e canteiros para flores.

Seleção e avaliação dos candidatos

Entre as pessoas que já frequentaram os anteriores canteiros (das quais 35 obtiveram aproveitamento) e os estagiários actuais, contam-se deficientes motores (com amputação de um dos membros) cardíacos, reumáticos, silicóticos, pulmonares, psíquicos ligeiros e epiléticos, sendo a selecção e o perfil dos candidatos, determinados pela especialidade (notando-se que a área de jardinagem e floricultura pode receber deficiências não admitidas em horticultura).

Aceitando candidatos de ambos os sexos, foi o 4.º curso frequentado por duas raparigas, e as idades têm variado dos 17 aos 45 anos.

Após se inscreverem nos Centros de Emprego, existentes em muitas localidades do nosso País, os candidatos são sujeitos a uma avaliação médica, e a testes psicotécnicos e de conhecimentos.

Todos os estagiários admitidos vão beneficiar das regalias que indicámos nas informações gerais sobre o Centro de Ranholas, nomeadamente o subsídio (de 9100 a 13000\$00 mensais) calculado em função do salário mínimo nacional e do agregado familiar do candidato.

Dada a existência de candidatos surdos-mudos, se for resolvido o problema da comunicação com os mesmos, poderão vir a ser admitidos em futuros estágios.

Dentro das habilitações literárias, têm sido admitidos tanto candidatos com a 4.ª classe como com o 7.º ano.

Colocação e Emprego

A colocação dos estagiários com aproveitamento foi assumida como uma obrigação pelo Ministério do Trabalho, e enquanto não se realiza é assegurado o subsídio de desemprego. Dos alunos anteriores, 75% obtiveram já colocação, notando-se que há mais facilidade de emprego quando se trata de casal.

Tem havido colocação em explorações privadas (tanto industriais como em pequenas quintas) e em instituições privadas de solidariedade social e organismos estatais. Algumas pessoas têm trabalhado por conta própria, podendo beneficiar de um subsídio para o lançamento da sua própria exploração agrícola.

Dada a necessidade de monitores para o funcionamento do centro com mais cursos, actualmente existem só três monitores, vão ser formados mais dois monitores, escolhidos entre estagiários dos cursos anteriores, que tiveram melhor aproveitamento.

Lar em Construção

A preocupação em dar prioridade à construção das instalações de modo a poder começar a trabalhar-se o mais cedo possível, levou a que primeiro surgissem as drenagens e adaptação dos terrenos, as salas de aulas, as casas para as máquinas, etc. Hoje está já em fase adiantada de construção o lar e as obras para adaptação das instalações definitivas para o pessoal técnico e administrativo serão as últimas a serem executadas. Até o lar estar pronto, os alunos têm tido as refeições e o alojamento em Alcoitão, sendo o seu transporte diário assegurado pelo Centro.

CENTRO DE RANHOLAS

OBJECTIVO: Formação Profissional de deficientes e não deficientes.

DEFICIENTES ADMITIDOS: Físicos (com capacidade de acordo com a especialidade pretendida), silicóticos, tuberculosos, bronquíticos, asmáticos compensados, cardíacos, epiléticos controlados, mentais ligeiros.

IDADE DOS ESTAGIÁRIOS: Mais de 17 anos.
ESPECIALIDADES CONTEMPLADAS: Horticultura c/mecanização agrícola e culturas forçadas.

Jardinagem e Floricultura. Criação de animais em bateria (em instalação).
Especialidades em estudo.

DURAÇÃO DOS ESTÁGIOS: Nove meses (de Novembro a Agosto).

CAPACIDADE: Actual de 36 estagiários por ano, podendo atingir a curto prazo o dobro, dos quais 56 internos.

INSCRIÇÃO PARA OS CURSOS: Centro de Emprego da Área da residência do candidato.*

COMISSÃO DE ADMISSÃO: Saber ler, escrever e efectuar as quatro operações aritméticas de base.

Uma das preocupações presentes no projecto do lar, que poderá vir a apoiar cerca de 60 estagiários quando o Centro estiver em plena actividade, foi a criação de condições que permitissem um estilo de vida mais pessoal e familiar, abolindo-se as camaratas, substituídas por quartos para quatro ou cinco estagiários, e criando-se um refeitório com divisórias que constituem pequenas salas de refeição. Virá ainda o lar a dispôr de sala de convívio e de uma biblioteca.

Manutenção das Culturas pelos Estagiários

Temos só um trabalhador assalariado, a manutenção é toda assegurada pelos alunos. Ficamos então a saber que, dado o facto das culturas não fazerem fim-de-semana, cabe alternadamente a um grupo de estagiários, assistido por um monitor ou pelo próprio engenheiro Riço Calado, trabalhar também ao Sábado.

Aprender trabalhando, trabalhar produzindo, pessoas (estagiários) que sentem que têm aqui uma oportunidade, nos cursos de Ranholas, técnicos que têm ensinado a algumas pessoas uma profissão e que com elas também têm aprendido, foram realidades sentidas na visita ao Centro de Ranholas, aberto a ser visitado pelos candidatos interessados, realidades que nos dão a sensação reconfortante de que nem tudo vai mal neste País.

Luís Vale

INFORMAÇÕES GERAIS

Revelar as capacidades mínimas para a função nos testes de avaliação prévios.

Possuir capacidade de aquisição de conhecimentos.

Ter concluído a recuperação clínica e funcional.

REGALIAS OFERECIDAS: Subsídio diário de formação de acordo com o agregado familiar (variável de 9000\$00 a 13000\$00) Previdência Social.

Assistência Médica e de Enfermagem própria.

Alojamento e pensão completa em internato próprio.

Aperfeiçoamento da preparação escolar de base.

RECONHECIMENTO DA FORMAÇÃO: Certificação de Formação Profissional do I. E. F. P., assegurando intervenção dos Centros de Emprego na colocação e direito ao subsídio de desemprego.

LOCALIZAÇÃO: Quinta da Bela Vista — Ranholas — Sintra.

(*) A morada do Centro de emprego da área de residência dos sócios, eventualmente interessado pode ser obtido junto das delegações. Não publicamos as referidas moradas, dada a sua fácil obtenção e o seu número elevado (mais de setenta em todo o País).

PÁGINA CULTURAL

UM CONTO DE JOSÉ LOPES DIAS

«O MENINO NO PARQUE»

Era um parque banal, mesmo sujo, desses onde só a imaginação infantil consegue transformar um buraco na rede, num túnel para o fantástico desconhecido, um baloiço desconjuntado, numa nave para mirabolantes viagens astrais, e num pedaço de lixo num objecto interessante a ver e rever cuidadosamente, adquirindo e arquivando informações que serão mais tarde um saber de experiência feito.

O sol da manhã coava-se, luminoso, entre as poucas árvores do parque, aquecendo lentamente bancos, carros-sésis, escorregas e outros, que pareciam aguardar os ocupantes que lhes dariam vida. Inertes, esperavam, com mil promessas escondidas.

Ao fundo, num canto à sombra, estava o menino. Numa cadeira de rodas, absurda pela sua pequenez de prisão metálica.

Bicos dos pés voltados para dentro, pendendo das pernas inertes, braços dobrados com as mãos enclavinadas, como se agarrassem uma vida que lhe tinha fugido à nascença, cabeça pendente inclinada sobre um ombro, um fio de baba a escorrer-lhe lentamente da boca que tartamudeava segredos ininteligíveis. Como que morto, em vida.

Ao lado, no banco, a companhia. Talvez mãe, porque nos gestos monótonos com que lhe limpava a boca, no olhar de temura mecânico, no abatimento que mostrava, se lia um cansaço enorme, feito de incompreensão e resignação, por

um destino sombrio, talvez culpa e raiva contida. Sim, era a mãe, com aquele laço invisível que só poderia ter sido gerado nas entranhas. Eranhas que pariram este menino, tão diferente, tão..., porquê?

Súbito, um gesto brusco da cabeça do miúdo. Risos. Crianças que se aproximavam para se divertirem sob o olhar complacente doutra mãe, que via nas brincadeiras dos filhos um tempo que ela tinha deixado fugir.

Risos, gritos, correrias, mais alto, mais depressa, mais longe, caramba, que bom é ser criança!

O menino sentado agitava-se. Movia a cabeça com gestos mais bruscos, tentando seguir os outros com os olhos.

Ah! os olhos. Animavam-se, brilhavam, tomando dele as brincadeiras alheias, fugiam para longe do corpo mirrado seguindo a curva do escorrega, o pêndulo dos baloiços, corriam nas pernas dos outros, agitavam-se nas mãos que gesticulavam sem sentido a alegria de viver.

A mãe, alheia a este renascer, observava de olhos tristes, os filhos que queria ter tido.

Os outros notaram-no, pelo incongruente que era aquele menino ali sentado, como se estivesse na escola. Ainda por cima tinha um carrinho e não se servia dele. Estranho, parecia chamá-los.

Aproximaram-se curiosos, receosos, abertos à infinita compreensão infantil, com perguntas na ponta da língua e, quicá, a esperança de empurrarem aquele carrinho, brilhante, bonito.

Olhavam-no agora, sentindo algo diferente, num corpo onde só os olhos viviam e onde a cabeça dava solavancos esquisitos.

E o menino sentado queria dizer-lhes coisas: que ele também era criança, que gostava das brincadeiras deles, que não os podia acompanhar mas que estava ali, satisfeito por eles também ali estarem, que o parque era fantástico e que talvez pudessem dar uma volta juntos.

De tudo isto saiu um fio de baba maior, e a cabeça e as mãos pareciam querer separar-se do resto. Só os olhos diziam.

A mãe limpou-lhe a boca e enxotou os miúdos. Fossem brincar, deixassem o coitadinho em paz que já tinha sofrimento que chegasse, não viam que não era como eles, que era aleijadinho, que foi assim a vontade do senhor. Porque é que chateavam, não tinham pena?

Não percebiam porque era isto. Só queriam perguntar-lhe porque estava sentado, se podiam empurrar o carro, dar uma volta, brincar...

Nem tiveram tempo de expôr estas dúvidas, pois a mãe, desta vez a sua, qual galinha protectora, já os levava dali para fora, ralhando-lhes, que não se fazia aquilo, que até era pecado, credo, mexer num aleijadinho daqueles, e resmungando para si, que uma coisa daquelas não era para estar ali à vista das crianças, incomodava as pessoas, não tinham respeito nenhum a mostrarem-se assim com as mazelas todas, que isto e que aquilo, arrastando os seus normazinhos para longe do parque, para longe da peste.

O menino via-os afastarem-se, e os olhos chamavam, gritavam que viessem, e lágrimas de raiva misturaram-se com sons inarticulados que saíam por entre a baba.

Aos poucos foi-se aquietando, as mãos pararam, a cabeça pendeu, os olhos apagaram-se. De novo, como que morto, em vida.

Lá ao longe, antes de virar a esquina, um dos miúdos ainda olhou para trás, a interrogação nos olhos: Porquê?

CAMARADA DEFICIENTE

DEFICIENTE COMPANHEIRO

Tu és um grito poema saltando numa garganta garganta escrava que foi garganta liberta que é! Tu foste o motivo que causou. Tu foste a causa que motivou a libertação que eu poema sinto e sou! Tu companheiro foste o mal necessário sem o qual não teriam despertado os capitães d'Abril! Sem ti Companheiro mutilado muitos... mas muito soldados seriam sacrificados nestes dois anos d'Abril! Eu sou um poema inteiro não mutilado porque sou feito de ti do sinistrado da viúva, do órgão e trabalhador explorado! — Tu és um símbolo: não de fascista, nem explorador! Tu tens toda a raiva qu'eu tenho de ofendido, oprimido, colonizado!

Eu sou um poema sentido porque sou feito de ti! Tu foste peça d'armamento e como instrumento

matámos!

(É preciso que o poema que somos grite:

MATÁMOS)

Mas quando matámos e vimos correr o sangue vermelho dum Povo negro:

Acordámos!

(É preciso que o poema que somos grite:

ACORDÁMOS!)

E quando acordámos: Não vimos só que as gaivotas eram livres!

— Renascemos!

E ao renascer despertámos muitas gentes surdas e endurecidas!

— Tu camarada deste-me a mim, poema, a cor do sangue que rasgou a alma dum soldado!

— E eu poema,

feito de ti, não minto quando digo que, se não foras tu; se não tivesse em mim as tuas carnes decepadas

Abril:

teria sido só Abril!

com trinta escravas madrugadas!

CAPITÃO CALVINHO

Poema extraído do livro trinta facadas de raiva, do capitão Calvinho, obra que se encontra à venda na ADFa, revertendo o produto da sua venda para a Associação.

Os pedidos devem ser dirigidos à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, Largo de S. Domingos, 1194 — Lisboa Codex. O preço por livro é de 100\$00 e para portes de correio devem ser enviados 20\$00.

DESEJO.....EXEMPLARE(S) DO LIVRO **TRINTA FACADAS DE RAIVA**, PARA O QUE ENVIO A IMPORTÂN-

CIA

CHEQUE N.º

VALE POSTAL N.º

NOME

RESIDÊNCIA.....

FILUMENISMO

Acaba de ser editada pela Fosforeira Portuguesa uma nova colecção de caixas de fósforos «ARTE», constituída por oito caixas grandes, cujos motivos são reproduções de quadros portugueses — escola portuguesa, século XVI — patentes no Museu Nacional da ARTE ANTIGA sobre a vida da Virgem Maria.

Pela primeira vez é publicada uma colecção embalada numa caixa suporte da qual publicamos a gravura da tampa.

Os sócios e outros possíveis interessados poderão adquirir esta colecção no BAR da ADFa, ao preço de 160\$00.



FOSFOREIRA PORTUGUESA OFERECE MEDALHÃO

A Administração da Fosforeira Portuguesa ofereceu à ADFa um medalhão comemorativo dos 50 anos de actividade da empresa, me-

dalhão destinado ao Núcleo de Filuminismo da ADFa, reconhecendo o mérito da mostra filuminística patente na sede da Associação.

PLANO DE EMISSÕES FILATÉLICAS — 1984

DATA	NOME DA EMISSÃO	VALOR DAS TAXAS
18. 1.84	1.º Centenário do Jardim Zoológico de Lisboa (*)	16\$00
15. 2.84	Uniformes Militares Portugueses — A Força Aérea	16\$00 35\$00 40\$00 51\$00
8. 3.84	Trajes Típicos Açorianos	16\$00 51\$00
8. 3.84	5 Séculos do Azulejo em Portugal Séc. XIX (13.º grupo)	16\$00
3. 4.84	Eventos de Projecção Internacional	35\$00 40\$00 51\$00
25. 4.84	10.º Aniversário da Revolução do 25 de Abril	16\$00
2. 5.84	Europa - CEPT	51\$00
2. 5.84	Europa - CEPT Açores	0»\$11
2. 5.84	Europa - CEPT Madeira	51\$00
9. 5.84	Lubrappex 84	16\$00 40\$00 51\$00 66\$00

(Continua na pág. 11)

VIDA ASSOCIATIVA

VÁRIAS CENTENAS DE SÓCIOS POSSUEM CARTÃO DE ADM'S

Como tem sido noticiado nos últimos números do «ELO», após uma luta prolongada, conseguimos finalmente ganhar a batalha das ADM'S, direito, aliás, que nunca nos deveria ter sido negado.

Os sócios que ainda não possuem os respectivos cartões para si e para os seus familiares deverão, se ainda o não fizeram, proceder à entrega da documentação abaixo indicada na sede da ADFA, em qualquer delegação ou, no caso de terem urgência nos cartões, dirigirem-se à ADME, sita na Rua Rodrigo da Fonseca, em frente ao Liceu Maria Amália, em Lisboa, uma vez que em casos urgentes os cartões serão entregues no próprio dia.

Presentemente a entrega dos cartões pela via normal demora cerca de mês e meio.

Voltamos a referir a documentação necessária para a obtenção dos cartões da ADME, sendo necessário para os sócios com filhos menores de 18 anos o seguinte:

- Certidão de casamento.
- Certidão de nascimento dos filhos.
- 2 fotos do sócio.
- 1 foto da esposa.
- 1 foto de cada filho que tenha mais de dez anos.
- Data de nascimento da esposa.
- Cartão de lista verde ou encarnada.

As certidões referidas devem ser pedidas para fins militares porque assim não são pagas.

Para os filhos com mais de 18 anos é necessário, além da documentação exigida para os menores, o certificado de matrícula escolar e declaração em como recebe Abono de Família da Caixa de Aposentações.

Para as filhas com mais de 18 anos, ainda que não estejam a estudar, também poderão obter o cartão da ADME se forem solteiras e viverem a cargo do Beneficiário. Neste caso é necessário atestado da Junta de Freguesia comprovativo dessa situação.

Para os ascendentes, além das certidões da Junta de Freguesia comprovativas dos rendimentos que auferem, são necessárias as certidões de nascimento.

No caso dos Pensionistas de Preço de Sangue torna-se necessário a apresentação de fotocópia da cadereta ou título comprovativo e declaração do Ramo, esta última tem sido obtida directamente pela ADFA junto da entidade competente, procurando assim facilitar o trabalho dos associados.

Os sócios pertencentes à Força Aérea terão que se dirigir pessoalmente àquela entidade.

Como já é do conhecimento dos associados, este cartão permite assistência médica gratuita nos hospi-

tais militares ou civis. O desconto nos medicamentos é de setenta e cinco por cento, em qualquer receita,

VALOR DAS COMPARTICIPAÇÕES

Os recibos das consultas particulares devem ser entregues no CA de qualquer unidade militar, recebendo por cada consulta a importância de 400\$00.

Para melhor elucidação dos sócios publicamos algumas comparticipações mais vulgares, quando a assistência não seja prestada nos hospitais militares ou civis.

Assim, são comparticipadas em setenta e cinco por cento até ao máximo de 1000\$00 por análise ou exame, excepto raios X dentário, cujo limite máximo é 300\$00.

— Radioterapia — comparticipação de setenta e cinco por cento.

— Tratamentos termiais — comparticipação de setenta e cinco por cento até ao limite máximo de 5000\$00.

— Aposentadoria — Diária 750\$00.

— Clínica geral e especializada de 300\$00 a 2300\$00.

— Cardiologia de 600\$00 a 4000\$00.

— Dermatologia de 200\$00 a 800\$00.

mesmo que seja do médico particular, devendo constar na mesma o número do cartão.

— Psiquiatria e Neurologia de 200\$00 a 500\$00.

— Ortopedia e traumatologia de 100\$00 a 1200\$00.

— Ginecologia e Obstetrícia de 500\$00 a 4500\$00.

— Oftalmologia (pequenas intervenções) de 200\$00 a 600\$00.

— Transfusões de 500\$00 a 2000\$00.

— Transfusões de material de 400\$00 a 10000\$00.

— Tratamentos estomatológicos (dentários) de 500\$00 a 13000\$00.

— Próteses dentárias de 1400\$00 a 10000\$00.

— Próteses esqueléticas de 2650\$00 a 15650\$00.

— Óculos e próteses oculares de 2000\$00 a 10000\$00.

— Outras próteses, botas, sapatos, meias, pés e joelhos elásticos 2000\$00.

— Tratamentos de enfermagem de 50\$00 a 500\$00.

Chamamos a atenção que estas comparticipações se referem aos casos em que o portador do cartão da ADM'S não seja assistido nos centros hospitalares onde tem assistência gratuita.

As próteses e material similar são comparticipadas

de acordo com os montantes referidos tendo que constar nos respectivos recibos o número de beneficiário das ADM'S.

Esta tabela de comparticipações sofrerá os aumentos habituais.

Todas as comparticipações serão recebidas no C. A. de qualquer unidade militar.

FAMALICÃO

CÂMARA MUNICIPAL CEDE À DELEGAÇÃO SALA AMPLA

No mesmo prédio da Câmara Municipal de V. N. Famalicão, onde até agora tem estado instalada a Delegação da ADFA, na artéria mais central da vila, a Rua Adriano Pinto Bastos 96/98 Rch, foi cedida pela autarquia uma sala bastante ampla, também ao nível do rés-do-chão, sem problemas de barreiras arquitectónicas. Podendo vir a servir de sala de reuniões, capaz de albergar mais de cem pessoas, a nova sala põe fim à falta de espaço com que a Delegação se tem debatido desde a sua fundação. As instalações, até agora, eram constituídas por uma única sala, relativamente pequena, em que ao fundo um pequeno cubículo servia de escritório, não podendo comportar mais do que uma secretária, duas cadeiras e estantes improvisadas pendentes das paredes, e em que estava instalado um balcão de bar e algumas mesas de café, criando um pequeno espaço de convívio entre os sócios e amigos dos sócios, espaço esse bastante animado e frequentado.

A nova sala já serviu de palco a uma exposição de material do Centro Oficial de Meios Ortopédicos do Porto, exposição aberta à população e bastante visitada, e virá a permitir uma contacto e uma dinâmica maior da Delegação junto da população local. Em conversa com o Presidente da Direcção, Anquises, e o Pre-

DELEGAÇÃO DE VISEU CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios da área de acção da Delegação de Viseu, em pleno gozo dos seus direitos associativos, para uma reunião da Assembleia Geral desta delegação, nos termos do n.º 1 do Artigo 48.º e alínea B) do Artigo 49.º, dos Estatutos, a ter lugar no dia 28 (vinte e oito) de Janeiro de 1984, pelas 14 h, na cave do quartel dos Bombeiros Voluntários, em Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º — Apreciação e votação do relatório de actividades e contas da Direcção e respectivo parecer do Conselho Fiscal da Delegação relativamente ao exercício de 1983.
- 2.º — Análise e medidas sobre diversos aspectos de índole associativa.

Viseu, 28 de Dezembro de 1983.

A. M. A. G. D.,

Aristides Rodrigues Saraiva

sidente da Mesa da Assembleia, Alves, soubemos que na nova sala irão ser instalados o bar e uma pequena biblioteca, sendo reservada a antiga sala para o escritório e reuniões de Direcção mais restritas. Coloca-se agora o problema de algumas obras de adaptação necessárias na nova sala, obras que virão a ser levadas a cabo pela Câmara Municipal, que tinha já executado também as primeiras obras na antiga sala, ou pela Associação, não se afigurando o problema de tais obras fácil, dadas as dificuldades de orçamento, tanto da Câmara Municipal como da ADFA. Mas as boas-vontades não faltam. Já temos um projecto delineado, feito por um gabinete graciosamente, e talvez nas comemorações do X Aniversário da Delegação de Famalicão, em 9 de Maio pró-

ximo, a nova sala já esteja remodelada e equipada.

As relações com a Câmara Municipal são presentemente as melhores, como o atestam o facto anterior e a determinação de lugares reservados ao estacionamento de grandes deficientes, entre os quais se destacam três lugares frente à delegação, a serem utilizados durante o tempo necessário ao atendimento dos sócios que se dirijam à delegação. Também a relação com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais, a associação de deficientes local mais importante, é bastante boa.

É nos futuros núcleos de Braga, Guimarães e Barcelos que conta a Delegação de Famalicão ver uma dinamização local maior da ADFA.

ADRIANO LEITE ESCLARECE

(Continuação da pág. 4)

O associativismo entre as direcções das associações não se pratica. Mas, concordo plenamente que haja uma federação dos Organismos de Deficientes, apartidária, com o objectivo de defesa dos interesses dos deficientes em geral. O associativismo tem que existir entre as direcções e os associados.

Inicialmente a CCNOD tinha 32 associações, mas hoje a UCNOD já as não tem. As actas relativas às reuniões da UCNOD não aparecem. A CDOD do Por-

to já tem convocado as direcções das associações, mas elas não aparecem. Não aparecem porque não estão de acordo? Devem esclarecer isso publicamente.

Para quando a legalização da UCNOD? Porque não se legalizou ainda? Quem paga as despesas da UCNOD que não apresentou ainda relatórios de contas?

Não é necessário desfazer a UCNOD, desde que as associações tenham de facto a sua legítima representatividade e que de acordo com esta sejam as direcções devidamente eleitas. É necessário que os associados dinamizem entre si o associativismo para que todos, direcções e associados, devidamente esclarecidos, possam vir a participar activamente na União, nesta ou noutra. Mas é aos deficientes em geral que cabem de facto as alternativas.

Não podem os deficientes ser manipulados por um pequeno grupo de pessoas.

A forma do diálogo franco e aberto, olhos nos olhos, entre todos e até aos órgãos do Governo, é fundamental para a solução dos problemas, independentemente das facções partidárias.

SÓCIOS FALECIDOS

Durante os passados meses de Novembro e Dezembro faleceram quatro sócios, dois dos quais portadores de pequenas deficiências e os outros dois pensionistas de preço de sangue. Apresentando os nossos pêsamos às suas famílias, deixamos a identificação dos mesmos sócios.



ANTÓNIO JOAQUIM CARRANÇA TANGANHO, sócio n.º 8416, de 44 anos de idade, portador de fractura craneana e outras de menor dimensão, residia em Santana, concelho de Portel e deixa dois filhos e a sua deficiência foi adquirida no Alentejo quando se encontrava a prestar serviço no R. I. n.º 16.

ANTÓNIO JOAQUIM VERAS, sócio n.º 4408, de 89 anos, atingido pela explosão de uma mina na guerra de

14-18, em França e residente no concelho do Sabugal, distrito da Guarda, era trabalhador rural e tinha 25% de incapacidade.

JOSÉ ALVES sócio n.º 4702, DE 75 anos de idade, residente em Ferreira de Aves — concelho de Sátão



e AFONSO DOS SANTOS sócio n.º 7163, também residente em Ferreira de Aves, ambos Pensionistas de Preço de Sangue e pertencentes à área da Delegação de Viseu.



DESCONTOS EM PEÇAS E ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEL

Os sócios da ADFA passam a poder beneficiar de facilidades na aquisição de peças e acessórios para automóveis, de todo o tipo, através dos serviços da empresa FIMARAUTO. O desconto pode ir até 20%, consoante as peças ou acessórios a adquirir.

Os interessados devem dirigir-se à secretaria ou a recepção da ADFA, na sede, para obterem a requisição que será apresentada na casa, onde irão buscar as peças. Todo o material será adquirido a pronto pagamento.

FIMARAUTO

Rua David de Sousa, 13-C e 13-D

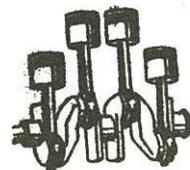
1000 LISBOA

Secção de Vendas:

Telefs. 76 51 60-76 51 68-73 13 69

-73 09 34

Escritório: Telef. 73 15 68



PÁGINA DESPORTIVA

ESCOLA DE XADREZ NA ADFA

São bem conhecidas as dificuldades que se deparam aos deficientes físicos quanto às práticas desportivas normais. Na maioria dos casos, há que condicionar as regras das diversas modalidades, adaptando-as às condições dos próprios praticantes, em especial os deficientes locomotores.

Todavia, existe um jogo — perfeitamente enquadrado na orgânica dos desportos, consagrado como tal, aquém e além fronteiras — cuja prática não oferece dificuldades a quaisquer deficientes. Até os cegos o podem praticar quer entre si, quer com indivíduos com visão! Mesmo os amputados de ambos os braços podem jogar, ainda que nestes casos necessitem de um auxílio para execução. Mas, na essência desse desporto excepcional, são jogadores como quaisquer outros!

Tal jogo é o milenário xadrez — desporto mental por excelência e naturalmente só assim se compreende a sua praticabilidade por parte de deficientes físicos, visuais inclusive. Naturalmente que não satisfaz um atleta, sequioso de acção. Mas a sua prática, com carácter de competição, enquadra em padrões autenticamente desportivos, não é tão estática como poderá parecer à primeira vista. Não obstante a sua característica essencialmente cerebral, dela provém uma dinâmica considerável e até uma ambiência de interesse e emoção típica em quaisquer campeonatos.

Acresce que no xadrez desportivo o factor idade é minimamente influente. Num campeonato — por exemplo, o nacional preliminar — podem participar indistintamente seniores, juniores, juvenis (menores de 16 anos) e femininos. Assim como na «Taça de Portugal», como em qualquer torneio «open» ou até distrital, jogam equipas de cegos. Na final do Torneio de Candidatos do Mundial absoluto estão um jogador com 20 anos e outro com 62!

Joga-se xadrez de competição por correspondência, telex ou pela rádio. A gama de possibilidades de prática xadrezista é multifacetada como nenhuma outra modalidade competitiva e até já existem computadores que jogam como gente!

Pois, o Departamento de Dinamização Cultural e Desporto está motivado para dinamizar a prática do xadrez



— não apenas desportivo, mas também, e de momento essencialmente, recreativo — entre os seus inúmeros filiados. Para tanto conta com a colaboração do Mestre-Nacional e dirigente federativo Vasco Santos (também ele um diminuído físico), no sentido de orientar um curso de aprendizagem e noções técnicas de xadrez.

Este curso, gratuito e extensivo a jovens familiares dos associados da ADFA,

— se-ão as medidas mais racionais para que a iniciativa corresponda em pleno e tenha o êxito merecido.

As sessões funcionarão numa sala da sede da ADFA, como se disse, a partir da primeira 2.ª-feira de Fevereiro, dia 16, às 18 horas.

Aliás, não é novidade o Xadrez na Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Nestas instalações já decorreram, há alguns anos, os campeonatos na-

cionais absoluto e de xadrezistas cegos. No último Verão, o salão nobre do palácio foi teatro da primeira «simultânea» inteiramente feminina realizada em Portugal, em que a grande-mestre da URSS, Nina Gurieli defrontou uma equipa de lisboetas. Por sinal, uma destas — a jovem campeã do Benfica, Maria do Céu Nunes — conseguiu empatar com a categorizada titular soviética. Mais recentemente, a ADFA correpondeu a um pedido da União dos Cegos Xadrezistas de Lisboa para que se efectuasse ali o torneio de selecção da equipa inscrita na próxima Olimpíada de Cegos, nos Estados Unidos da América.

E agora em Janeiro voltou a animar-se, xadrezisticamente, o mesmo salão sobre com a realização do importante «match» de apuramento do campeão nacional absoluto, entre os talentosos jovens António Fernandes e António Antunes.

O nosso jornal apoia esta louvável iniciativa com a publicação de regras de aprendizagem do xadrez, em perfeita consonância com aqueles bons propósitos e a própria causa do fomento do desporto em Portugal.

ESCOLA DE XADREZ DA ADFA

INSCRIÇÃO PARA A ESCOLA DE XADRÊS

NOME

MORADA

TELEFONE

Jogo:

MUITO POUCO NADA

Pôr uma cruz no quadrado conforme achar mais correcto.

Os sócios que quiserem aprender a jogar xadrez podem fazê-lo a partir do dia seis de Fevereiro, às segundas-feiras, às dezoito horas, no Palácio da Independência, com Vasco Santos, que muito gentilmente se propôs prestar esta colaboração aos sócios da nossa associação.

terá numa primeira fase a periodicidade semanal, às 2.ªs feiras, das 18 às 20 horas, a partir de Fevereiro. Como primeira etapa deste ciclo, todos aqueles que não saibam jogar o xadrez e desejem, devem inscrever-se no DPCD da ADFA. Se o número de interessados exceder a expectativa, tomar-

PLANO DE EMISSÕES FILATÉLICAS — 1984

DATA	NOME DA EMISSÃO	VALOR DAS TAXAS
5. 6.84	Jogos Olímpicos de Los Angeles	35\$00 40\$00 51\$00 80\$00
18. 7.84	5 Séculos do Azulejo em Portugal (14.º grupo)	16\$00
6. 8.84	Rallye da Madeira	16\$00 51\$00
6. 8.84	5 Séculos do Azulejo em Portugal (15.º grupo)	16\$00
3. 9.84	Insectos dos Açores	16\$00 35\$00 40\$00 51\$00
21. 9.84	Datas da História de Portugal	16\$00 51\$00
17.10.84	5 Séculos do Azulejo em Portugal (16.º grupo)	16\$00
22.11.84	Transportes Típicos da Madeira	16\$00 35\$00 40\$00 51\$00

a) Esta emissão terá somente folhas de 16 selos

TORNEIO FIM DO ANO DA DGD-LISBOA

BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS

Terminou no passado dia 17 de Dezembro o torneio de basquetebol organizado pela DGD, cujo triunfo final pertenceu à equipa do Alcoitão, com todo o mérito. Como habitualmente participaram neste torneio quatro equipas, ADFA, Alcoitão, Joanitas e pela primeira vez com grande desportivismo, uma equipa formada por alguns atletas sócios da APD, que por não estarem de acordo com a actual orientação daquela Associação lhes foi retirado o direito de fazer desporto. Sobre esse assunto a nossa reportagem em próxima oportunidade, dará mais pormenores.

Voltando ao Torneio, que mais uma vez no campo do convívio foi positivo, veio dar possibilidades a alguns praticantes de afinar e desenvolver as suas potencialidades psicomotoras. Contudo, achamos que a DGD tem algo mais a fazer, por exemplo, na obtenção de soluções para as equipas poderem dispor de local de treinos, também no fornecimento de material, como cadeiras de rodas, pois como um dos vários casos concretos, a equipa do CDD jogava com cadeiras emprestadas. E qual o papel da DGD quando nos referimos à informação? A resposta correcta e sem exagero, Nulo. Pensamos que esta actividade pode e merece tratamento nos jornais desportivos, portanto em próximos torneios esta área deve ser equacionada.

Abstemo-nos de opinar sobre os aspectos técnicos, como também quanto à arbitragem. Estamos cientes que se poderá avançar ainda muito mas, quando o desporto para deficientes existir efectivamente enquadrado na política do desporto nacional.

Classificação final do Torneio

	V	D	M	P
1.º ALCOITÃO	5	1	228-138	11
2.º ADFA	4	2	192-148	10
3.º JOANITA	3	3	212-137	9
4.º CDD	5	1	42-251	5

Melhores marcadores do Torneio

		Pontos
1.º João Cardoso	Joanita	91
2.º Armando Batista	Alcoitão	72
3.º António Botelho	ADFA	66
4.º António Gordo	Alcoitão	49
5.º Vítor Borges	ADFA	44
6.º Manuel Moura	Alcoitão	34

Participantes e marcadores no Torneio Fim-do-Ano-83

CDD — António Damião (20), Rui Costa (6), António Ramos (6), Vítor Silva (4), Fernando Ramos (4), Emanuel Alves (2), Carlos Santos, José Gonçalves.

JOANITA — João Cardoso (91), Fernando Oliveira (30), Jorge Almeida (30), Manuel Delgado (29), Vítor Taborda (14), Carlos Oliveira (6), Vasco Ferreira (6), José Duarte (4), Luís Quaresma (2), Vasco Manuel, Humberto Gomes, Karin Rawgee e Otilia Carvalho.

ADFA — António Botelho (66), Vítor Borges (44), Carlos Noivo (26), Fernando Carvalho (24), António Vilarinho (22), Manuel Adriano (6), Horácio Ferreira (2), Manuel Borges (2), Jorge Neto, Fernando Ribeiro e António DJaura.

ALCOITÃO — Armando Batista (72), António Gordo (49), Manuel Moura (34), José Borges (33), Manuel Palma (14), William Sousa (10), Raul Mendonça (8), Carlos Arrais (8), Ramiro Garcia, Paulo Filipe, António Pinto e Emília Pestana.

RECONHECIMENTO A JOSÉ CARLOS

Aproveitamos esta edição do Elo, para saudar ZÉ Carlos o categorizado e dedicado treinador, que por motivos particulares e profissionais não pode continuar a prestar a sua colaboração à nossa equipa.

De certeza que ninguém o esqueceu nem o esquecerá, pois ele proporcionou à ADFA momentos de júbilo, como por exemplo a nossa participação a nível internacional em Espanha, onde, sob a sua orientação, arrancámos um brilhante triunfo.

Obrigado José Carlos!

Desejamos que antinjas os melhores êxitos na tua vida!

NOVO «MISTER» CHAMA-SE BOTELHO

Sob a batuta de Botelho, a nossa equipa de basquetebol treina afinadamente no estádio Universitário. Dizem-nos os atletas que a coisa é no duro! O Botelho é um praticante muito experiente nesta modalidade, dedicado e acima de tudo um desportista de alta correcção.

Reina um bom espírito de camaradagem e entreaajuda na nossa equipa.

A ADFA passa a poder contar com mais dois elementos: Manuel Borges e Fernando Ribeiro, dois associados que vivem no lar militar, e que são bem vindos ao nosso convívio.

ADFA EM ALMEIRIM

No próximo dia 17 de Março, organizado pela DGD de Santarém e com o apoio da Câmara Municipal de Almeirim, irá realizar-se uma importante manifestação desportiva com deficientes. Para o efeito estão já convidados, a ADFA, Alcoitão, Associação de Cegos Luís Braille e o Instituto Branco Rodrigues.

Estarão em cena as modalidades de: basquetebol em cadeiras de rodas; corrida em cadeiras; o tão discutido e para nós impróprio para consumo, o denominado futebol de salão para cegos; caso se garantam as marcações o golobol irá fazer a sua aparição, como modalidade olímpica que é.

Na próxima edição do nosso jornal esperamos poder publicar na íntegra este importante programa para que os sócios residentes no Ribatejo possam assistir e conviver de perto com os atletas da ADFA e aperceberem-se das capacidades dos deficientes, que lutam por uma integração plena na sociedade!

DIA 14 DE JANEIRO EM LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

A ASSEMBLEIA REALIZA-SE NO ANFITEATRO DA ESCOLA DE ENFERMAGEM CALOUSTE GULBENKIAN (JUNTO AO HOSPITAL DE SANTA MARIA EM LISBOA)

Conforme já anunciado no último número do «ELO», vai realizar-se uma Assembleia Geral Nacional da Associação, no próximo dia 14 de Janeiro (sábado), com início às 13,30 horas.

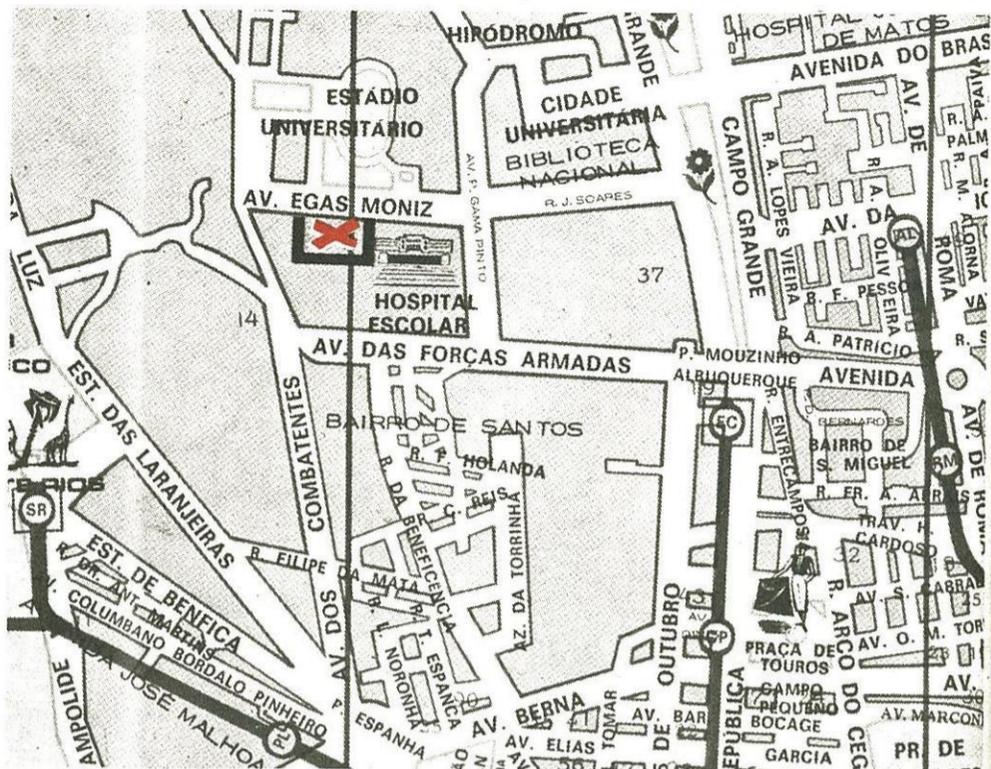
A Assembleia realiza-se em local especialmente adequado, tanto no que diz respeito ao acesso (fácil por autocarro e com estacionamento para viatura própria), como às instalações em si, próprias para reuniões deste tipo, com facilidade de utilização por deficientes de cadeiras de rodas, o que não sucede, infelizmente, na sede da Associação. Conforme já referido no último número do «ELO», o acesso por autocarro à Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, sita na Avenida Prof. Egas Moniz, pode ser feito através das carreiras 31, 32, 35 e 38.

Gentilmente cedido pela Direcção da Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian o anfiteatro onde se realizará a Assembleia estará à disposição da Associação durante toda a tarde do dia 14, onde os sócios trabalharão na discussão e deliberação dos pontos da ordem de trabalhos constantes da convocatória da Assembleia (publicada já no último número do «ELO» e novamente na primeira página deste número).

ESPERA-SE QUE OS SÓCIOS PARTICIPEM NA ASSEMBLEIA EM GRANDE NÚMERO E ACTIVAMENTE.

No último número do «ELO» foram apresentados todos os elementos disponíveis sobre os pontos de ordem de trabalhos, a fim de que os sócios possam previamente preparar a sua in-

tervenção na Assembleia. Lembra-se aqui que, logo no primeiro ponto, a Assembleia deverá, conforme proposta do Conselho Nacional reunido em 3 de Dezembro passado, definir as acções a desenvolver pela Associação durante o ano de 1984 sob o signo das comemorações do 10.º aniversário, bem como as reivindicações específicas que a Associação deverá apresentar ao Governo e pela satisfação das quais se deve bater com determinação. Não é possível apresentar aqui a proposta que a Direcção Central, através da Comissão Nacional das Comemorações, irá apresentar, porque esta última só reunirá no dia 7 de Janeiro. Mas dela deverá constar, certamente, a orientação reivindicativa que tem vindo a ser seguida, mas de uma forma



Local da realização da Assembleia Geral assinalado com um X

mais intensa em 1984, empenhando-se nisso a Associação com toda a sua força.

Algumas medidas legislativas urgentes para os Deficientes das Forças Armadas deverão constar dessa proposta.

No segundo ponto da ordem de trabalhos analisar-se-á uma proposta do Conselho Nacional sobre os resultados de um inquérito instaurado a alguns sócios por acusações feitas, na Assembleia Geral Nacional de 9 de Abril de 1983, aos Órgãos Sociais Centrais de então. Trata-se de um procedimento disciplinar que deverá agora ter lugar, conforme a Assembleia Geral Nacional de 9 de Abril deliberou.

No terceiro ponto deliberar-se-á sobre o aumento de quotas, com base numa proposta do Conselho Nacional (de 30\$00 para 70\$00).

O quarto ponto da ordem de trabalhos diz respeito às relações da ADFA com uma cooperativa de habitação a criar no Porto, que tem já um projecto de Estatutos elaborado e cujo impulso se deve à Delegação da Associação no Porto. Prevê-se, nesse projecto de Estatutos, que a sede da

cooperativa se situará nas actuais instalações da Delegação e que esta fará parte da Direcção da cooperativa. Tanto num caso como no outro, mas especialmente o segundo, carecem da autorização da Assembleia Geral Nacional. Este assunto encontra-se devidamente estudado e preparado, inclusivamente com parecer jurídico, cabendo agora à Assembleia deliberar.

No último ponto da ordem de trabalhos, conforme referido no último número do «ELO», a Assembleia deverá deliberar sobre a venda ou não de um prédio doado há anos à Associação, que se encontra degradado, praticamente inabitável, e do qual, por conseguinte, a ADFA não está a retirar qualquer resultado.

Para a discussão destes pontos e para tomar as decisões mais adequadas e que mais interessam à Associação é importante a participação activa dos sócios na Assembleia.

PARTICIPA NA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DE 14 DE JANEIRO.

PREOCUPANTE...

Em vésperas de Natal, ao anunciar os programas da RTP para a semana seguinte, a locutora fez questão em realçar bem o «Natal dos Hospitais», uma iniciativa do «Diário de Notícias» e outras entidades. Mas este facto não seria razão para preencher este espaço no «ELO» se a locutora não tivesse dito, a determinada altura, mais ou menos isto: «Não perca, na próxima 4.ª feira, o Natal dos Hospitais, um programa dedicado a todos quantos estão privados do seu ambiente familiar, num programa dedicado especialmente aos doentes, presos e deficientes.»

Que os doentes estão nos hospitais, portanto longe da família, sabemos. Que os presos estão na cadeia, também fora dos seus lares, sabe-se. Mas onde estão os deficientes?

Que se reconheça a marginalização dos deficientes, sim, mas tanto...

Isto, passado na RTP, que, obviamente, como órgão de informação mais responsável mede todas as palavras que faz chegar junto de milhões de espectadores, pode, e deve, ser motivo para alguma reflexão e muita preocupação.

Querá isto dizer que os deficientes, dentro da ideologia dominante (cuja voz é veiculada pela televisão) ou no senso comum (porque a televisão procura sê-lo ou criá-lo), são mesmo essa realidade enclausurada, afastada da família? Será que mesmo sem «ghetos» (que afinal não existem), sem espaços físicos delimitados onde os deficientes estejam encerrados, como os hospitais e as prisões, a opinião pública do nosso país está a criar, na sua própria mente, espaços psicológicos fechados para deficientes (que poderão resultar sabe-se lá em quê)?

Isto é, como dizíamos, preocupante, tanto mais que esta voz da RTP não surge isolada. Há outros indícios que nos fazem crer que não se trata de uma distração ou «gaffe» de quem escreveu o texto para a locutora ler perante as câmaras — distração justificada pelo hábito antigo de se considerarem os deficientes seres arrumados, despojados do seu estatuto de cidadãos.

Há dias, um professor de Estudos Sociais, numa escola preparatória da área de Lisboa, explicou aos seus alunos, a propósito dos sectores produtivos, o que se entende por população não activa e exemplificou com desempregados, donas de casa, deficientes, etc.

Igualmente digno de meditação. À voz da RTP junta-se, no mesmo tom, a voz do ensino oficial. Mais um engano? Coincidência de enganos? Certamente que não. Tanto num caso como noutro tratar-se-á de afirmações conscientes.

Os deficientes, no nosso país, não existiam como realidade social antes do 25 de Abril. Ser-se deficiente era um azar que sucedia sempre aos outros, que

se lamentava, que também podia suceder a nós, enfim, uma desgraça, abertamente reconhecida, que cada um, individualmente, tinha que suportar. De há 10 anos para cá tudo passou a ser apresentado de outra maneira. O problema dos deficientes passou a ter uma dimensão colectiva, um peso social e mesmo uma implicação política. As associações de deficientes, e muito especialmente a ADFA, fizeram, decididamente, enveredar as coisas nesse sentido. Mas foi uma viragem enérgica, sem que a opinião pública a tivesse entendido devidamente, embora a tivesse aceite. Aceitou-a, quanto mais não fosse, porque os portugueses têm sempre disponível uma solidariedade muito grande para com os que sofrem — e neste caso eram os próprios deficientes a indicar o caminho. Foi, por conseguinte, aceite e acarinhada a assumpção pública do problema dos deficientes, mas não foi compreendida na sua dinâmica e nos seus objectivos.

Pode-se, assim, constatar que se reconhece hoje a existência dos deficientes, desde os grandes órgãos de informação ao ensino oficial, mas nega-se-lhe o seu verdadeiro cariz. Mais, e mais perigoso, deturpam-se os seus objectivos e cerceiam-se os anseios de quem, com grande custo, se empenhou e empenha neste processo.

Os deficientes existem, são reconhecidos, mas, alto lá!, são seres à parte, inactivos, isolados, afastados do ambiente familiar, que merecem atenção, mas de longe, com um espectáculo de variedades, tal como os doentes e os presos.

Esta mistura de doentes, presos e deficientes é, realmente, bem forçada, porque aqueles são pessoas que transitoriamente se encontram num espaço físico distante da família, enquanto os deficientes não têm, que se saiba, qualquer espaço físico delimitado, apenas para eles. Tratar-se-á antes de algum recôndito espaço psicológico na mente da opinião pública, onde os deficientes estarão a ser cuidadosamente guardados. Este espaço, bem mais nocivo que os muros das cadeias e dos hospitais poderá constituir uma natural reacção da população a um movimento bastante acentuado de integração social dos deficientes. Mas, mesmo assim, deverá merecer uma atenção imediata por quem tem especiais responsabilidades neste processo de reabilitação e integração social dos deficientes, desde as Associações de Deficientes ao Secretariado Nacional de Reabilitação, para evitar que estas atitudes, talvez ainda apenas resistências à corrente da integração, se transformem em norma generalizadamente aceite. O que não é difícil, se a televisão, por exemplo, com o poder de persuasão que lhe é reconhecido, se colocar definitivamente na contra-corrente da integração social e aí a voz dos deficientes continuar a fazer-se ouvir exporadicamente, como é habitual.

Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:
Dr. Luís Vale
Armindo Roque
António Augusto Almeida Santos

Composto e Impresso:
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67
LISBOA